



# **Fatores determinantes da constituição das provisões em Portugal e no Brasil**

**Joana Filipa Costa Fernandes**

**Dissertação de Mestrado**

**Mestrado em Contabilidade e Finanças**

**Porto – 2015**

**INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO  
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**



# **Fatores determinantes da constituição das provisões em Portugal e no Brasil**

**Joana Filipa Costa Fernandes**

**Dissertação de Mestrado  
apresentado ao Instituto de Contabilidade e Administração do Porto para  
a obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Finanças, sob  
orientação de Professora Doutora Cláudia Maria Ferreira Pereira**

**Porto – 2015  
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO  
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**

## RESUMO

A informação financeira assume nos dias de hoje um importante papel na economia global. Com empresas e investidores a enveredarem por uma estratégia de internacionalização, como atualmente se verifica entre Portugal e o Brasil, vieram contribuir para um aumento da importância da divulgação de informação financeira por parte das empresas. No entanto, a divulgação que as empresas fazem da sua informação financeira não se apresenta de igual forma entre empresas, facto este que por vezes está associado a fatores que influenciam esse nível de divulgação. Assim o processo de harmonização contabilística tem vindo a decorrer em vários países.

O presente estudo tem como objetivo principal identificar os fatores que influenciam o reconhecimento de provisões por parte de Portugal e Brasil, e em qual dos países se observa uma maior divulgação. Para a análise do estudo foram observadas 20 empresas portuguesas e 20 empresas brasileiras, no período de 2010 a 2012.

Para se proceder a esta investigação, foi considerada uma metodologia de natureza quantitativa, com a construção de uma base de dados, para a formulação do modelo de regressão. Foram selecionadas como variáveis independentes, a dimensão da empresas, o nível de endividamento, a rendibilidade e uma variável *dummy* denominada Portugal referente à análise dos dois países.

A evidência empírica recolhida sugere que as empresas brasileiras tendem a apresentar níveis de provisões mais elevados relativamente ao Ativo. Adicionalmente, as empresas de maior dimensão também tendem a apresentar relativamente mais provisões. Outro contributo deste estudo refere-se à indicação de fatores determinantes das provisões diferentes entre as empresas portuguesas e brasileiras. Assim, no caso das empresas portuguesas, a dimensão e a rendibilidade são as determinantes estatisticamente significativas, enquanto que para as empresas brasileiras, é o nível de endividamento que mais afeta o nível das provisões.

**Palavras chave:** Provisões, Fatores Determinantes, Portugal, Brasil

## **ABSTRACT**

The disclosure of financial information assumes nowadays an important role in the global economy. With companies and investors to embark on an internationalization strategy, as currently occurs between Portugal and Brazil, have contributed to an increase in the importance of disclosure financial information by companies. However, the disclosure that companies make of their financial information is not presented equally between companies, a fact that sometimes is associated with factors that influence this level of disclosure. Thus, the accounting harmonization process has been taking place in several countries.

The main goal of this study is to identify the factors that influence the disclosure of provisions by Portugal and Brazil and in which country we observed greater disclosure. For the analysis of the study were observed 20 Portuguese companies and 20 Brazilian companies in the period 2010-2012.

To conduct this investigation, it was considered a quantitative methodology, with the construction of a database, for the formulation of the regression model. The explanatory variables were, the size of firms, the level of debt, profitability and a dummy variable called Portugal regarding the analysis of the two countries.

The collected empirical evidence suggests that Brazilian companies tend to present higher levels of provisions in relation to assets. In addition, higher dimension companies tend to present relatively more provisions. Another contribution of this study refers to the indication of different determinants factors of provisions between Portuguese and Brazilian companies. Therefore, in the case of Portuguese companies, the dimension and profitability are statistically significant determinants, while for Brazilian companies, is the level of debt that affects more the level of provisions.

**Key words:** Provisions, Relevant Factors, Portugal, Brasil

## **AGRADECIMENTOS**

A realização da presente dissertação permite concluir uma importante etapa neste percurso académico de obtenção do Mestrado em Contabilidade e Finanças. No entanto a mesma não seria possível sem o apoio e contributo de algumas pessoas, a quem aproveito este espaço para manifestar o meu agradecimento.

Agradeço à minha orientadora, a Professora Doutora Cláudia Lopes, por aceitar o meu pedido de orientação neste trabalho, por todo o apoio e disponibilidade prestada, pelos conhecimentos transmitidos e por toda a dedicação no decorrer desta dissertação.

Aos meus pais, Fernanda e José, um agradecimento especial, por todo o apoio incondicional, paciência, motivação e carinho ao longo deste percurso.

Aos restantes familiares e aos meus amigos, em especial à Maria Correia e à Marta Rola, agradeço as palavras de incentivo, amizade, compreensão e ajuda prestada a qualquer momento.

Agradeço aos meus colegas de mestrado, em especial à Patricia Barbedo, Sandra Gonçalves, Sara Correia e Lauriana Vieira, por todo o apoio ao longo deste percurso académico.

A todos, um sincero obrigado.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

CE – Comissão Europeia

CESR - *Committee of European Securities Regulators*

CMVM – Comissão de Mercado de Valores Mobiliários

CPC – Comité de Pronunciamentos Contábeis

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

DF – Demonstrações Financeiras

ED – *Exposure Draft*

FASB - *Financial Accounting Standards Board*

IAS – *International Accounting Standards*

IASB – *International Accounting Standards Board*

IASC – *International Accounting Standards Committee*

IBRACON – Instituto de Auditores Independentes

IFRS – *International Financial Reporting Standards*

NCRF – Norma Contabilística e de Relato Financeiro

POC – Plano Oficial de Contabilidade

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

UE - União Europeia

# ÍNDICE

<b>RESUMO .....</b>	<b>iii</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>iv</b>
<b>AGRADECIMENTOS.....</b>	<b>v</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS.....</b>	<b>vi</b>
<b>ÍNDICE DE TABELAS.....</b>	<b>x</b>
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
1.1. Enquadramento e justificação do tema.....	1
1.2. Objetivos do trabalho.....	2
1.3. Metodologia do estudo.....	2
1.4. Estrutura do trabalho.....	2
<b>2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>4</b>
2.1. Processo de convergência às normas internacionais de contabilidade.....	4
2.1.1. Em Portugal.....	4
2.1.2. No Brasil.....	6
2.2. Normas relativas a Provisões.....	7
2.2.1. <i>International Accounting Standards 37</i> .....	7
2.2.2. Norma Contabilística e de Relato Financeiro 21.....	8
2.2.3. Pronunciamento Técnico CPC 25.....	9
2.3. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Reconhecimento, Mensuração e Divulgação.....	10
2.3.1. Conceitos importantes .....	10
2.3.2. Reconhecimento.....	11
2.3.3. Mensuração .....	12
2.3.4. Divulgação .....	13
2.4. Divulgação de informação financeira.....	14
2.4.1. Teoria de Agência.....	14

2.4.2. Teoria do <i>Disclosure</i> Discricionário.....	15
2.4.3. Investigação sobre a relação entre a divulgação e fatores associados à empresa....	16
2.5. Investigação sobre a divulgação de provisões.....	17
2.5.1. Cumprimento dos normativos.....	18
2.5.2. Fatores que influenciam a divulgação de provisões.....	19
<b>3. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO.....</b>	<b>21</b>
3.1. Enquadramento metodológico.....	21
3.2. Base de dados.....	22
3.3. Desenvolvimento das hipóteses de estudo.....	23
3.3.1. Dimensão da empresa.....	23
3.3.2. Nível de endividamento.....	24
3.3.3. Rendibilidade.....	25
3.3.4. Portugal.....	26
3.4. Modelo de regressão.....	27
3.4.1. Variáveis do estudo.....	27
3.4.2. Equação do modelo de regressão.....	28
<b>4. APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS....</b>	<b>30</b>
4.1. Análise estatística do valor das provisões e respetivos resultados.....	30
4.1.1. Análise do valor das Provisões em Portugal e no Brasil.....	30
4.1.2. Peso do valor das Provisões no Ativo total.....	32
4.2. Análise da correlação entre as variáveis.....	33
4.3. Análise dos fatores que influenciam a divulgação de provisões.....	34
4.3.1. Análise do modelo de regressão considerando a totalidade da amostra, mas sem a consideração da variável <i>dummy</i> (Portugal).....	35
4.3.2. Análise do modelo de regressão considerando apenas as empresas Portuguesas.....	36
4.3.3. Análise do modelo de regressão considerando apenas as empresas Brasileiras.....	37



4.3.4. Análise do modelo de regressão considerando todas as variáveis em estudo.....	39
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>41</b>
5.1. Principais conclusões.....	41
5.2. Limitações do estudo.....	42
5.3. Sugestões para investigações futuras.....	43
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>44</b>
<b>7. ANEXO.....</b>	<b>56</b>
7.1. Anexo 1 –Lista das Empresas da Amostra.....	56

## ÍNDICE DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Variáveis Independentes.....	28
<b>Tabela 2</b> - Valor das Provisões de Portugal e do Brasil.....	31
<b>Tabela 3</b> - Peso do valor das provisões no total do ativo em Portugal e no Brasil.....	32
<b>Tabela 4</b> - Matriz de Correlação.....	34
<b>Tabela 5</b> – Resultados do modelo de regressão considerando todas as empresas (sem a var. <i>dummy</i> ).....	35
<b>Tabela 6</b> – Resultados do modelo de regressão para as empresas de Portugal.....	36
<b>Tabela 7</b> – Resultados do modelo de regressão para as empresas do Brasil.....	38
<b>Tabela 8</b> – Resultados do modelo de regressão considerando o total da amostra e todas as variáveis independentes.....	39

# **1. INTRODUÇÃO**

Neste capítulo, vai ser efetuada uma breve síntese do presente trabalho, realizando um breve enquadramento do tema juntamente com a justificação pela escolha do mesmo, os objetivos propostos na realização deste trabalho, assim como a metodologia utilizada no estudo empírico. Por último, será apresentada a estrutura do trabalho.

## **1.1. Enquadramento e justificação do tema**

Com o crescente aumento da globalização das empresas, na procura de criar novas oportunidades de crescimento não só a nível interno como também internacionalmente, têm vindo a ser efetuados esforços de forma a permitir uma maior harmonização contabilística entre os diversos países. Este processo de harmonização tornará mais fácil a comparabilidade e existência de maior transparência da informação financeira, contribuindo assim para uma diminuição das diferenças entre os sistemas contabilísticos e da informação que daí advém.

No que diz respeito à internacionalização dos mercados, cada vez mais as empresas portuguesas têm apostado no mercado brasileiro como oportunidade para se desenvolverem e para investir. Exemplo disso, é a presença de empresas portuguesas como a EDP, Cimpor ou Mota-Engil no mercado brasileiro. Assim sendo, torna-se essencial a informação financeira disponível pelas empresas, para assim ser possível tomar decisões de investimento da melhor forma.

A divulgação de informação contabilística tem um importante papel na forma como uma empresa se apresenta perante os diversos agentes económicos, bem como estes a avaliam. Um dos problemas que tem vindo a ser debatido pela teoria contemporânea da contabilidade é a qualidade e quantidade das informações divulgada pelas empresas através das suas Demonstrações Financeiras (DF) (Dechow, Ge e Schrand (2010); Hendriksen e Van Breda (1999) e Iudícibus (2004) citados por Cunha (2010)). Deste modo, vários são os estudos que têm focado a sua atenção sobre esta questão e que têm procurado nos últimos anos dar resposta a este problema, identificando alguns fatores que lhe estejam associados.

No que diz respeito à divulgação de informação relacionada com rubricas específicas como é o caso das provisões, e os determinantes que explicam o nível de informação divulgada associada, poucos são os estudos que se têm focado na análise desta questão.

Visto que o risco e incertezas são uma presença constante no que se refere ao reconhecimento e divulgação das provisões, leva a que a informação divulgada a esse respeito possa não ser muito precisa.

Neste sentido, com o crescente aumento das relações entre Portugal e o Brasil e de forma a identificar os fatores que contribuem para a divulgação de provisões nos dois países, suscitaram o interesse da minha parte por forma a poder conhecer duas realidades diferentes perante o mesmo problema, a constituição de provisões.

## **1.2. Objetivos do trabalho**

O objetivo e questão principal deste trabalho é analisar se o nível das provisões pode ser explicado pelas condições económicas e financeiras específicas das empresas localizadas em Portugal e no Brasil. Dessa forma, foram analisados os relatórios financeiros de 20 empresas portuguesas e 20 empresas brasileiras entre o período de 2010 e 2012. Foram ainda considerados alguns objetivos específicos, que permitiram dar a conhecer mais sobre a questão da constituição de provisão. Como objetivos específicos temos, identificar qual dos países se reconhece mais provisões, conhecer a evolução ao longo do período em análise do valor das provisões divulgado em ambos dois países, bem como a média desse valor no que diz respeito às empresas de cada país, e identificar para cada um dos países os fatores que influenciam a constituição de provisões.

## **1.3. Metodologia do estudo**

Para elaboração deste trabalho será utilizado o método dedutivo, uma vez que este método considera que a conclusão está implícita nas premissas. Quanto ao tipo de metodologia, é utilizada a análise quantitativa. Assim, para a verificação das hipóteses é recolhida informação e posterior análise dos resultados obtidos, visto que os dados utilizados no estudo serão os valores das variáveis selecionadas a partir dos relatórios financeiros das empresas consideradas na amostra.

## **1.4. Estrutura do trabalho**

O presente trabalho encontra-se estruturado em quatro capítulos, que contribuem para alcançar os objetivos propostos.

No que diz respeito ao primeiro capítulo, este é composto por uma revisão bibliográfica sobre a problemática da qualidade da informação financeira e o problema concreto da

eventual discricionarieidade no nível de provisões reconhecidas. Assim sendo, inicialmente é realizado um enquadramento teórico, tendo em conta o processo de normalização contabilístico, bem como uma caracterização do mesmo relativamente aos países em análise, Portugal e Brasil. Em termos específicos, é feita uma apresentação da norma internacional que faz referência ao ponto principal do estudo, as provisões, e das normas subjacentes a cada um dos dois países. Posteriormente, serão apresentados conceitos importantes relativamente às provisões, bem como a forma como são reconhecidas, mensuradas e divulgadas. Seguidamente, serão apresentadas algumas teorias que procuram explicar a questão da divulgação da informação financeira, apresentando conseqüentemente alguns estudos empíricos relativos à divulgação da informação e mais concretamente das provisões.

No segundo capítulo é apresentada a metodologia utilizada na realização do estudo empírico, nomeadamente amostra e período considerado, assim como a forma como se procedeu à recolha dos dados. Seguidamente, são desenvolvidas as hipóteses que servirão de base para a construção do modelo de regressão que posteriormente será apresentado.

No terceiro capítulo, procede-se à análise empírica dos resultados obtidos pelo modelo, tendo em conta os objetivos que se pretendem atingir com a realização deste estudo. Assim, inicialmente são apresentados os resultados de uma breve análise estatística relativamente ao valor total das provisões de cada país, assim como o seu peso no total do ativo das empresas. Por fim, vai-se proceder à análise dos resultados obtidos através do modelo de regressão e que permitiram dar resposta aos objetivos propostos com este trabalho.

Por fim, no último capítulo, são retiradas algumas conclusões tendo em conta os resultados obtidos e analisados anteriormente, assim como uma apresentação das limitações do presente estudo e propostas para futuras investigações.

## **2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E REVISÃO DE LITERATURA**

Neste capítulo é feito o enquadramento teórico e consequente revisão de literatura que permitiram em primeiro lugar, conhecer aspetos importantes, assim como conceitos essenciais relativamente à temática e posteriormente apresentação de estudos que fundamentam a sua pesquisa na questão que se pretende responder com este trabalho.

Deste modo, inicialmente será realizada uma breve caracterização do processos de convergência dos países às normas internacionais de contabilidade, seguido da apresentação das normas que estão associadas à temática das provisões e o seu conteúdo. Seguidamente, será realizada a revisão de literatura tendo em conta os objetivos propostos, no que diz respeito à divulgação da informação e fatores que podem explicar o nível de informação divulgada.

### **2.1. Processo de convergência às normas internacionais de contabilidade**

Vários países têm vindo ao longo dos últimos anos a adotar as normas internacionais de contabilidade, as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), criadas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). O objetivo principal das normas internacionais é o desenvolvimento de normas de elevada qualidade, no sentido de aumentar a transparência da informação financeira e comparabilidade na elaboração das DF. Permitindo assim que o processo de tomada de decisão dos agentes económicos seja facilitado, bem como aumentar a confiança na informação por partes dos vários investidores.

Neste sentido, será assim apresentada uma breve referência ao processo de convergência às normas internacionais nos dois países que servirão de base à realização deste estudo, Portugal e Brasil.

#### **2.1.1. Em Portugal**

Em Portugal, desde a sua adesão à União Europeia (UE) em 1986, as práticas contabilísticas internacionais têm vindo a ser inseridas no normativo nacional através de várias Diretivas Comunitárias, que implicaram alterações no anterior sistema contabilístico, o Plano Oficial de Contabilidade (POC).

No entanto, o processo de convergência às normas internacionais teve início com a emissão no dia 19 de julho de 2002 do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho. Este regulamento pretende harmonizar as informações financeiras, assegurando uma maior comparabilidade não só entre as empresas europeias bem como as internacionais, e ainda contribuir para o melhor funcionamento dos mercados de capitais. O Regulamento impõe a obrigatoriedade da utilização das normas internacionais pelas sociedades dos países Estados Membro, cujos valores mobiliários estejam cotados num mercado regulamentado. Nesse sentido, estas empresas passaram a utilizar as normas do IASB na elaboração das suas DF consolidadas a partir de 2005. Este prazo poderia ser alargado até 2007 no caso de empresas que negociam títulos não só na Comunidade Europeia, bem como num mercado regulamentado de um país terceiro, e que aplicavam como base para as suas contas consolidadas outro conjunto de normas internacionalmente aceites e as sociedades que apenas tenham títulos de dívida cotados.

Em Portugal, o Regulamento (CE) nº 1606/2002 foi transposto para a ordem jurídica nacional, através do Decreto Lei nº 35/2005 de 17 de fevereiro, que impõe tal como o Regulamento refere, a utilização das IFRS nas DF consolidadas das empresas cotadas.

Contudo, atendendo à realidade da maioria das empresas portuguesas, a Comissão de Normalização Contabilística, criou o Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), aprovado em 2009, através do Decreto-Lei nº158/2009 e que revogou o anterior normativo contabilístico, o POC. O SNC é composto por Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), normas estas muito próximas das normas internacionais do IASB adotadas pela União Europeia. A aplicação deste novo sistema contabilístico tornou-se obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2010 para as várias empresas que fazem parte do mercado empresarial português. Este sistema contabilístico permitiu que as restantes empresas, não abrangidas pelo Regulamento (CE) nº1606/2002, passassem a elaborar as suas DF tendo como base próxima as normas internacionais de contabilidade e assim a contribuir para a harmonização contabilística. Assim, atualmente vigoram em Portugal o normativo IAS/IFRS e o SNC.

### 2.1.2. No Brasil

O Brasil, tal como muitos países, já adotou as IFRS no seu sistema contabilístico. No entanto, ao contrário de outros países, a adoção das normas foi realizada em duas fases, a primeira entre 2008 a 2009 (adoção parcial), e a partir de 2010 (adoção total). Desta forma, com a adoção parcial, permitiu uma melhor compreensão do processo de adoção das normas internacionais, e como este afeta a qualidade da informação financeira (Vieira, Martins, Machado e Domingues, 2011).

Como referido, o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade no Brasil, começou com a promulgação da Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007, que vigorou a partir de janeiro de 2008 e que levou a uma série de mudanças. Foram observadas alterações conceituais, modificações nos critérios contabilísticos, na classificação e contabilização de operações que constavam até então fora do Balanço (Macedo, Machado, Machado e Cardoso, 2013).

Como forma a apoiar todo este processo, o Comité de Pronunciamentos Contabilísticos (CPC), criado em 2005, emitiu Pronunciamentos Técnicos no sentido de possibilitar a emissão de normas pelos órgãos reguladores e orientação para o seu cumprimento. Este comité foi criado com o objetivo de estudar, preparar e emitir Pronunciamentos Técnicos sobre os procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informação respeitante a esse assunto, em função da necessidade de convergência para as normas internacionais de contabilidade.

No entanto, a Constituição brasileira impede as entidades governamentais de delegarem funções a outras entidades, assim o CPC não tem poderes legais para emitir normas contabilísticas. Como tal, o CPC primeiro emite os Pronunciamentos Técnicos, e depois os órgãos governamentais que regulam as empresas, como o caso da Comissão de Valores Mobiliários, o Banco Central entre outros, emitem as suas próprias resoluções considerando as recomendações efetuadas pelo CPC (Macedo *et al.*, 2013).

Assim, durante 2008 foram emitidos 14 pronunciamentos fundamentais que cobriam as principais alterações, sendo que nas DF eram ainda consideradas as IFRS parcialmente. Em 2009, foram emitidos os restantes pronunciamentos e interpretações, com vigência para o período iniciado a 1 de janeiro de 2010 (Vieira *et al.*, 2011; Costa, Almeida e Silva, 2013). A partir de 2010, passa a ser exigido que as DF consolidadas de empresas cotadas



sejam preparadas de acordo com as IFRS em simultâneo com os Pronunciamentos Técnicos (PWC, 2013).

## **2.2. Normas relativas a Provisões**

### **2.2.1. *International Accounting Standards 37***

Em termos do normativo internacional associado ao tema de análise neste trabalho temos a *International Accounting Standards* (IAS) 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes do IASB, norma esta que está relacionada com a problemática do reconhecimento, mensuração e divulgação de, tal como o nome indica, das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (Almeida, Dias, Albuquerque, Carvalho, Pinheiro, 2012a).

Após a publicação em novembro de 1997 do *Exposure Draft* (ED) E59 – *Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets* pelo organismo, denominado na altura de *International Accounting Standards Committee* (IASC), foi emitida a IAS 37, que entrou em vigor a partir de 1 de janeiro de 1999. O objetivo desta norma é o de assegurar que sejam aplicados os critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, e que seja divulgada informação suficiente nas notas às DF de modo a permitir aos utentes compreender a sua natureza, tempestividade e quantia.

No sentido de eliminar a diversidade de tratamentos contabilísticos nas normas emitidas sobre esta temática, o IASB e o *Financial Accounting Standards Board* (FASB), organismo americano emissor de normas de Contabilidade, têm trabalhado em conjunto na garantia de uma maior convergência entre os dois normativos. Foi então realizado um projeto de revisão da IAS 37, que tinha como objetivos aperfeiçoar os critérios de reconhecimento de um passivo e a forma como este é mensurado, e ainda eliminar as diferenças entre a IAS 37 e as USGAAP que tratam esta matéria.

Nesse sentido, em junho de 2005 foi publicado um ED propondo a realização de alterações na IAS 37. Com o desenvolvimento do ED, as alterações propostas afetaram sobretudo as definições e critérios de reconhecimento, o esclarecimento dos requisitos de mensuração e ainda a clarificação do âmbito da norma IAS 37 e terminologia (Almeida *et al.*, 2012a, 2012b).

Após análise das respostas recebidas relativas ao primeiro ED, foi emitido em janeiro de 2010 um novo ED, de forma a aperfeiçoar as alterações propostas anteriormente, uma vez que os requisitos referentes à mensuração continuavam a ser pouco claros. Assim, este segundo ED estava mais direcionado para a mensuração de passivos no âmbito da norma IAS 37 (Almeida *et al.*, 2012a, 2012b).

Após o recebimento de comentários relativos ao segundo ED e ainda do *Working Draft* da nova versão da norma IAS, publicado em fevereiro de 2010, o processo de substituição da norma continua em curso até o IASB concluir as deliberações no seguimento dos desenvolvimentos futuros.

### **2.2.2. Norma Contabilística e de Relato Financeiro 21**

A contabilização das provisões em Portugal de acordo com a norma internacional IAS 37, teve início em 2004 através do Regulamento (CE) n.º 1725/03 da Comissão Europeia com a adoção de, entre algumas normas, a IAS 37, ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002. Em 2008, entrou em vigor o Regulamento (CE) n.º 1126/2008 que revogou o texto base introduzido por intermédio do Regulamento (CE) n.º 1725/03, e introduziu algumas alterações em termos de terminologia à IAS 37.

Em 2010, com a introdução do novo sistema contabilístico em Portugal, aprovado pelo Decreto Lei n.º 158/2009, o SNC, que é constituído por de “um corpo de normas coerente com as normas internacionais de contabilidade em vigor na UE”, foi concretizada a adoção pelas empresas portuguesas da NCRF 21 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Como é referido por Almeida *et al.* (2012a, p.37), “o texto base da NCRF 21 em vigor corresponde ao texto base da norma internacional incorporada na UE através do Regulamento (CE) n.º 1126/2008. No entanto, e embora substancialmente semelhantes, a norma nacional não incorporou o texto base da norma na integralidade”.

De acordo com os mesmos autores, algumas alterações terminológicas efetuadas ao texto base anterior, revogado através do Regulamento (CE) n.º 1126/2008 entre outras alterações, não foram incorporadas no normativo nacional, como é o caso da substituição do termo “provável” por “propenso” em várias passagens da norma, assim como não foram incorporados exemplos e citações de reforço em algumas passagens da IAS 37 que

tornam, segundo Almeida *et al.* (2012a, p.37), “a norma internacional endossada pela UE (...) mais elucidativa no tratamento de algumas matérias”.

No entanto, apesar de não incorporação das várias alterações, do ponto de vista de Almeida *et al.* (2012a) tendo em conta a análise realizada pelos mesmos, estas não prejudicam a comparação entre os critérios que estão previstos na NCRF 21 e a IAS 37.

### **2.2.3. Pronunciamento Técnico CPC 25**

Os primeiros passos dados na contabilização das provisões, tendo em conta o processo convergência às normas internacionais no Brasil, deram-se em 2005 com a aprovação pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) da Norma e Procedimento de Contabilidade (NPC) 22 - Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas, através da Deliberação 489/05. Esta norma foi emitida pelo Instituto de Auditores Independentes (IBRACON), e segundo Matias (2013) já na altura apresentava conceitos muito próximos com a norma internacional IAS 37.

Em 2009, o CPC emitiu o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que está correlacionado com a IAS 37. No mesmo ano, a Deliberação 489/05 foi revogada pela Deliberação 594/09, emitida pela CVM, e que viria a aprovar e obrigar as empresas com capital aberto a adotarem o CPC 25. A adoção do CPC 25, como as restantes normas, começaram em 2010, com as empresas cotadas a terem de preparar as suas DF tendo em conta os Pronunciamentos Técnicos assim como as IFRS.

No entanto, tal como a NCRF 21 para o caso português, o Pronunciamento Técnico CPC 25, também apresenta algumas diferenças face à norma internacional IAS 37. Segundo Ernst & Young e Fipecafi (2010) citado por Matias (2013), uma das diferenças é o facto de o CPC 25 ser mais compreensível, uma vez que faz uma delimitação do que se considera como provável no que toca ao provisionamento das obrigações, considerando que seja qualquer acontecimento cuja probabilidade de ocorrência seja superior a 50%. Para além disso, os mesmos autores indicam que uma das mudanças na terminologia e que ainda não está assente na prática brasileira, é o facto de a utilização do termo contingência não poder estar considerado no Balanço e Demonstração dos Resultados e apenas no Anexo.

Assim, tal como referido para o caso português com a NCRF 21 e também para o caso do Brasil por intermédio do CPC 25, tendo em conta a convergência em termos da normalização contabilística, a interpretação das normas pode não ser feita da melhor forma e rigor. De acordo com Tsakunis, Campbell, e Doupnik (2009), fatores como a cultura ou a tradução da norma para a língua do respetivo país poderiam levar à existência de falhas em termos de comparabilidade entre os países.

Segundo estudos realizados e apresentados no trabalho de Tsakunis, *et al.* (2009), diferenças culturais podem levar a que os contabilistas em diferentes países interpretem e apliquem as normas contabilísticas de forma diferente. Além disso, a tradução das normas internacionais nos países cuja língua oficial não é o inglês, visto ser esta a língua em que as normas internacionais foram elaboradas e publicadas, poderiam levar as mesmas a não ser traduzidas de igual forma nos vários países, no que se refere principalmente à interpretação de vários termos.

### **2.3. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Reconhecimento, Mensuração e Divulgação**

#### **2.3.1. Conceitos importantes**

A IAS 37, tal como referido anteriormente, deve ser adotada por todas as empresas cujos valores mobiliários estejam cotados num mercado regulamentado. Segundo o parágrafo número 1 da IAS 37, “esta Norma deve ser aplicada por todas as entidades na contabilização de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, exceto:

- a) Os que resultam de contratos executórios<sup>1</sup>, exceto quando o contrato seja oneroso;
- e
- b) Os cobertos por outra Norma.”

As provisões, juntamente com o conceito de contingências, estão associadas aos conceitos distintos de risco e incerteza, sendo que o primeiro tem em conta a ocorrência ou não de determinado evento, e a última está relacionada com a probabilidade de ocorrência desse evento (Oliveira, 2007).

---

<sup>1</sup> Contrato segundo o qual nenhuma das partes tenha cumprido qualquer das suas obrigações ou ambas as partes apenas tenham parcialmente cumprido as suas obrigações em igual extensão (IAS 37 §3)

Considera-se a provisão como “passivo de tempestividade ou quantia incerta” (IAS 37§10). No caso das contingências, temos duas definições importantes, a de passivos contingentes e de ativos contingentes.

Nesse sentido, um passivo contingente é “uma obrigação possível que provenha de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade” (IAS 37 §10).

De acordo com o parágrafo 10 da IAS 37, um ativo contingente “é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade”.

### **2.3.2. Reconhecimento**

De acordo com a norma o reconhecimento de uma provisão só deverá ser efetuado quando cumpridos todos os requisitos a seguir citados (IAS 37§14):

- a) “uma entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- b) seja provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e
- c) possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação”.

Entende-se como obrigação legal, uma obrigação que tenha por base um contrato, legislação ou outra operação da lei, e uma obrigação construtiva, é uma obrigação que por meio de práticas passadas a entidade indique a outras partes que aceitará e cumprirá certas responsabilidades (IAS 37 §10).

Tal como é referido na norma, um exfluxo de recursos ou outro acontecimento é considerado provável se a probabilidade de ocorrência for superior à probabilidade de não ocorrer tal acontecimento. (IAS 37 §23)

No caso de os critérios de reconhecimento não serem cumpridos, estamos na presença de um passivo contingente. Segundo a norma, um passivo é uma obrigação presente que advém de um acontecimento passado que se espera que aquando da sua liquidação resulte

numa saída de recursos que incorporem benefícios económicos. No entanto, os passivos contingentes não são reconhecidos como passivos, uma vez não ser provável que seja exigida uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos, na liquidação da obrigação ou não seja mesurada da melhor forma a quantia da obrigação (IAS 37 §10).

Tal como os passivos contingentes, os ativos contingentes não devem ser reconhecidos, uma vez que, normalmente surgem de acontecimentos não esperados e o reconhecimento dos rendimentos que daí possam advir pode não ser realizado (IAS 37 §32 e §33).

No entanto, em ambos os casos, se a probabilidade de ocorrência de um exfluxo de recursos, para o caso dos passivos correntes, e influxo de benefícios económicos, no caso dos ativos contingentes, aumentar, será possível o reconhecimento. Isto é, se se tornar mais provável a exigência de uma saída ou entrada de recursos, caso dos passivos contingentes e ativos contingentes respetivamente, do que uma situação possível ou remota, estes dois deixaram de ser classificados como passivo contingente, dando origem a uma provisão, no primeiro caso, e ativo contingente deixará de ter a designação de contingente e passará a ser reconhecido.

Assim, um evento é considerado remoto quando a probabilidade de sua ocorrência for muito pequena ou irrisória. Quando considerado possível, o evento tem baixa probabilidade de ocorrência, não sendo suficientemente forte a possibilidade de ocorrência. Já quando é provável a ocorrência de um evento, significa que há maior certeza da sua ocorrência (Fonteles, Nascimento, Ponte e Rebouças, 2012).

### **2.3.3. Mensuração**

No que se refere à forma como deve ser quantificada uma provisão, segundo a norma, esta deve ser a melhor estimativa do montante exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço (IAS 37 §36). A melhor estimativa da quantia é aquela que a empresa racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data do balanço, tendo por base julgamentos e casos anteriores semelhantes, bem como relatos de peritos independentes.

Todavia, para formular a melhor estimativa da quantia de uma provisão deverão ser considerados vários fatores, nomeadamente, os riscos e incertezas que rodeiam os acontecimentos, o valor presente dos dispêndios e os acontecimentos futuros.

No caso do risco e incertezas, ajustamento do risco, que demonstra a instabilidade dos desfechos, poderá aumentar ou diminuir a quantia pela qual é mensurado um passivo, e ainda face a situações de incerteza poderá levar uma sobrevalorização dos gastos ou passivos. Assim, é necessário ter atenção no que toca ao risco e incerteza subjacentes, que podem alterar a quantia da provisão. (IAS 37 §42 e §43).

No que se refere ao valor presente dos dispêndios, este deve ser o valor da quantia das provisões que se espera que seja necessário para a liquidação da obrigação, quando o efeito do valor temporal do dinheiro for material. Isto é, a quantia escriturada de uma provisão, quando usado o desconto, aumenta em cada período para refletir a passagem do tempo, aumento este que é reconhecido como gasto financeiro (IAS 37 §60). De acordo com o parágrafo 47 da norma, a taxa de desconto deve refletir as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo.

Deve ainda ser refletido na quantia das provisões, os acontecimentos futuros que possam afetar a estimativa da quantia, sempre que houver evidência da ocorrência desses acontecimentos (IAS 37 §48).

#### **2.3.4. Divulgação**

As provisões, aparecem contabilizadas no balanço, através do passivo, assim como na demonstração de resultados, no que toca ao respetivo gasto no período. No que se refere à divulgação de provisões no anexo às demonstrações financeiras, de acordo com o parágrafo 81, uma entidade deve divulgar a quantia escriturada no início e no fim do período, as provisões que foram adicionalmente realizadas no período, assim como o aumento das provisões já existentes, os montantes utilizados e os revertidos durante o período e ainda o aumento na quantia descontada proveniente da passagem do tempo, e o efeito de qualquer alteração na taxa de desconto.

Relativamente aos passivos contingentes, estes são continuamente avaliados ao longo do período, de forma a verificar se se tornou provável um saída de recursos que incorporem benefícios económicos. Nesse sentido, a menos que a possibilidade de um saída de recursos que incorporem benefícios económicos seja remota, os passivos contingentes são divulgados no anexo, quando seja mais provável a não existência de uma obrigação à data do balanço. (IAS 37 §16 b))

Deste modo, na divulgação de um passivo contingente, deve ser efetuada uma breve descrição da natureza do mesmo, bem como divulgar uma estimativa do seu efeito financeiro, indicação das incertezas que estão subjacentes ao montante ou ao momento da ocorrência do exfluxo e o seu reembolso, no caso de este ser possível (IAS 37 §86).

Quanto aos ativos contingentes, tal como as provisões e passivos contingentes, estes são avaliados continuamente, pois na eventualidade de se tornar provável um influxo de benefícios económicos, os ativos serão assim divulgados nas notas explicativas apresentadas no anexo.

Assim, no caso de divulgação dos ativos contingentes, a entidade deverá descrever a natureza do ativo contingentes à data do balanço, e se possível uma estimativa do seu efeito financeiro (IAS 37 §89)

## **2.4. Divulgação de informação financeira**

A contabilidade tem um importante papel no que toca a atender às necessidade dos seus utilizadores, visto que esta tem como principal objetivo promover informação que seja útil ao seus utilizadores através da sua divulgação (Iudícibus, 1980). A divulgação de informação financeira, permite reduzir a assimetria informacional que existe entre utilizadores internos e externos à empresa, isto é, entre os gestores da empresa e os acionistas, ou o governo, ou os seus credores (Murcia, 2009).

As empresas fornecem informações sobre a sua situação económico-financeira através da divulgação de vários documentos como sejam os relatórios financeiros, DF, ou outro tipo de documento que possa ser exigido por algum órgão regulador (Oliveira, 2011). No entanto, este tipo de documentos só é relevante se as informações produzidas e divulgadas tiverem utilidade (Murcia, 2009).

Existem várias teorias que procuram estudar e explicar a questão da divulgação da informação financeira, entre elas a Teoria de Agência e a Teoria do *Disclosure* Discricionária.

### **2.4.1. Teoria de Agência**

De acordo com Jensen e Meckling (1976), a teoria de agência trata da relação entre o principal (proprietário da empresa) e o agente (quem contrata para tomar as decisões em



seu nome). O principal ao contratar o agente para atuar em seu benefício, pode dar início a uma relação de conflito de interesses.

Uma vez que o agente é um ser racional, irá procurar maximizar o seu benefício, podendo estar a agir contra os interesses do principal. Perante esta situação, o principal vê-se obrigado a supervisionar o trabalho do agente e as suas ações de forma a garantir que não seja prejudicado e com isso incorre em custos, denominados estes como custos de agência (Jensen e Meckling, 1976).

O agente ao estar diariamente envolvido nas diversas operações realizadas na empresa, acaba por adquirir mais informações do que aquelas que chegam ao poder do principal, o que conduz a uma situação de assimetria de informação (Ribeiro, 2012).

Uma das formas de ser possível a diminuição dos conflitos de agência e a assimetria de informação entre investidores e gestores, é através do aumento da qualidade da informação financeira divulgada (Healy e Palepu, 2001). Segundo Murcia (2009), a divulgação da informação financeira é uma importante forma de controlar os gestores, de maneira a que estes sejam responsáveis pelas suas ações.

#### **2.4.2. Teoria do *Disclosure* Discricionário**

Outra teoria que estuda a divulgação de informação, é a Teoria do *Disclosure* Discricionário, que segundo Rover (2009), tem como principal objetivo explicar o fenómeno da divulgação das informações financeiras.

Verrecchia (2001) citado por Fonteles *et al.* (2012), classifica em três categorias de pesquisa sobre a divulgação os vários modelos que se focam neste assunto. A primeira, é a divulgação baseada na associação (*association-based disclosure*), que procura analisar os efeitos da divulgação nas mudanças das ações dos investidores. A segunda, diz respeito à divulgação baseada no julgamento (*discretionary-based disclosure*), que considera as pesquisas que procuram explicar os motivos da divulgação por parte dos agentes. E por último, a divulgação baseada na eficiência (*efficiency-based disclosure*) onde é analisada a existência do *disclosure* ideal que seria preferido incondicionalmente.

De acordo com Verrecchia (2001) citado por Murcia (2009), a teoria da divulgação baseada no julgamento, conhecida também por Teoria do *Disclosure* Discricionário, permite investigar os incentivos que os gestores têm em divulgar informações de forma

voluntária. Perante esta situação, de acordo com Murcia (2009), a divulgação de informação voluntária poderia ser explicada através de características da empresas.

### **2.4.3. Investigação sobre a relação entre a divulgação e fatores associados à empresa**

Ao longo dos anos, vários são os trabalhos desenvolvidos em diversos países, sobre o estudo da divulgação de informação financeira e dos fatores que podem ter influência ao nível de informação divulgada por parte das empresas. Os autores procuram saber como determinadas características associadas às empresas, podem ou não condicionar a divulgação da informação.

Michaïlesco (1999) procurou relacionar a qualidade da divulgação da informação contabilística nos relatórios anuais de empresas francesas cotadas, com possíveis determinantes que representam a teoria de agência. Numa análise aos relatórios anuais de 1991 a 1995 de 100 empresas comerciais e industriais cotadas, selecionaram várias características específicas das empresas, como a estrutura da propriedade, o uso de financiamento externo, ou a rendibilidade, e investigaram o impacto das mesmas na qualidade da divulgação. A autora verificou uma tendência de melhoria na transparência nas práticas de relato das empresas desde 1993, sendo que a alavancagem e a estrutura da propriedade têm vindo a aumentar a sua influência na divulgação, no entanto apenas a cotação das ações a nível doméstico e no estrangeiro são válidas estatisticamente para o período de 1991 a 1995.

Com a adoção das normas internacionais por diversos países, o relato financeiro das empresas sofreu algumas alterações. Guerreiro (2006) no seu trabalho sobre o impacto das IFRS em Portugal, no que se refere às empresas seguirem ou não a Recomendação emitida por parte do *Committee of European Securities Regulators (CESR)*, que incentivava estas a divulgar informações sobre esse impacto, procurou saber ainda quais os fatores que explicam o seu nível de divulgação. Observando as DF de 53 empresas cotadas na *Euronext Lisbon* no final de 2004, Guerreiro (2006) pretendeu assim identificar se as empresas cumpriram ou não a Recomendação do CESR. Pretendeu ainda saber quais as empresas que apresentam maiores níveis de divulgação e a sua relação com fatores que podem ter influência nesses níveis como a dimensão, a internacionalização comercial, o nível de endividamento, a rendibilidade, o tipo de auditor, a cotação internacional e o setor de atividade. Guerreiro (2006) concluiu que a dimensão da empresa

e o facto de ser mais internacionalizada comercialmente são fatores significantes para as empresas apresentarem um maior nível de divulgação.

Fekete, Matis e Lukács (2008) num estudo que tinha como objetivo investigar se empresas cotadas húngaras cumprem com os requisitos de divulgação das IFRS, procuraram também saber quais as características específicas das empresas que estão associadas ao nível de investigação. Foi verificado que a média do índice de divulgação das empresas húngaras foi de cerca de 62%, e que apenas o tamanho da empresa e o tipo de indústria estão associados ao cumprimento dos requisitos de divulgação das IFRS.

Na procura de saber quais os fatores determinantes que explicam o nível de divulgação das empresas brasileiras, Murcia e Santos (2009) fundamentaram a sua pesquisa na Teoria de Disclosure Voluntário de Verrechia (2001). Com base numa amostra de 100 maiores empresas brasileiras não financeiras cotadas na Bolsa de Valores do Brasil BM&FBovespa para o ano de 2007, analisaram como o tipo de auditor, o nível de rentabilidade, a internacionalização, o tamanho, o *corporate governance*, o nível de endividamento, a concentração do controlo acionista, a emissão de ações e o setor influenciam o nível de divulgação voluntário. Os autores chegaram à conclusão que o nível de divulgação voluntária pode ser explicado pelas hipóteses do estudo associadas ao *corporate governance*, internacionalização, tamanho e setor.

Para além do trabalho de Guerreiro (2006) sobre empresas portuguesas, Alves, Rodrigues e Canadas (2012) realizaram uma investigação sobre o nível de divulgação das empresas portuguesas, mas também espanholas. Através da análise dos relatórios anuais de 140 empresas da Península Ibérica em 2007, examinaram os determinantes da divulgação voluntária. Desenvolveram as suas hipóteses de estudo tendo por base a relação entre a estrutura de propriedade da empresa, a estrutura dos diretores e supervisores, e características da empresa com a divulgação voluntária da informação das empresas. Os autores concluíram que os principais determinantes da divulgação são as variáveis relacionadas com a dimensão da empresa, oportunidades de crescimento, desempenho organizacional, e a presença de um grande acionista.

## **2.5. Investigação sobre a divulgação de provisões**

A divulgação de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes têm sido utilizada como objeto de alguns autores. O cumprimento dos normativos, quer internacional quer

nacional associados a esta temática, e os fatores que podem ser ou não considerados influentes no que toca à divulgação deste tipo de informação são temas que têm vindo a ser investigados na literatura.

### **2.5.1. Cumprimento dos normativos**

Vários foram os autores que procuraram saber se as empresas cumprem com o que é exigido pelas normas no que diz respeito à divulgação de provisões e contingências.

Num trabalho empírico realizado por Oliveira (2007), este procurou verificar o cumprimento pelas empresas portuguesas, da IAS 37 sobre provisões, passivos contingentes e ativos contingentes no ano de 2000. Através dos dados, elaborou uma análise sobre o grau de divulgação e o nível de cumprimento dos critérios de reconhecimento estabelecidos na IAS 37. Segundo Oliveira (2007), apesar das empresas portuguesas serem obrigadas a aplicar a norma internacional para o tratamento contabilístico das provisões, passivos e ativos contingentes, os dados obtidos pelo estudo mostram o não cumprimento dessa norma. Sendo que, no que refere à decisão de reconhecer provisões ou divulgar passivos e ativos contingentes, as empresas não têm em conta os critérios de reconhecimento que estão definidos na IAS 37.

Semelhante à conclusão de Oliveira (2007), mas considerando uma análise à divulgação de provisões e contingências das empresas brasileiras com títulos negociados na BM&FBovespa, Fonteles *et al.* (2012) verificaram que existia falta de rigor na implementação das novas práticas contabilísticas tendo em conta o normativo CPC 25. Referindo os mesmos como exemplo, o caso de ser ainda utilizado pelas empresas a nomenclatura provisão para perdas de créditos de cobrança duvidosa.

Ainda, Matias (2013) de forma mais concreta, procurou analisar a aderência à norma CPC 25 por parte das empresas brasileiras do setor petroquímico, no que se refere à divulgação do passivo contingente. Após análise das DF entre os anos de 2010 e 2012, concluiu tal como os anteriores autores, que a maioria dos critérios exigidos no CPC 25 não foram cumpridos pelas empresas relativamente à divulgação de informação sobre passivos contingentes.

Suave, Codesso, Pinto, Vicente e Lunkes (2013), ao contrário de Matias (2013), com base na observação do anexo de 94 empresas brasileiras, verificaram que a maioria das

empresas segue o disposto no CPC 25 no que toca ao exigido pela norma relativamente à divulgação dos passivos contingentes. Foi ainda apurado, que entre os itens exigidos pelo CPC 25, o único item onde houve menor divulgação foi o referente à possibilidade de reembolso.

Oliveira (2011) na sua investigação procurou identificar qual o nível de divulgação de provisões e passivos contingentes que as empresas cotadas no Novo Mercado da BM&Fbovespa apresentam. Observando no período de 2010 vários documentos financeiros, como DF e relatórios da Administração, verificou que nenhuma das empresas divulgou 100% dos itens estabelecidos pelo CPC 25 no que diz respeito à divulgação das provisões. No entanto, grande parte das empresas divulgou entre 50% e 70% das informações básicas instituídas pela legislação.

### **2.5.2. Fatores que influenciam a divulgação de provisões**

Tal como os estudos que procuraram verificar se as empresas divulgam provisões de acordo com as normas, também outros autores investigaram a existência de fatores que podem estar relacionados com a divulgação de informação relativa às provisões.

Relativamente a fatores que podem influenciar o nível de divulgação de informação sobre provisões e contingências, Chavent, Ding, Fu, Stolowy e Wang (2006) pretenderam saber porque as empresas divulgam as suas políticas sobre provisões para riscos e encargos, e como este nível de divulgação está associado a características financeiras das empresas. Considerando um grupo de empresas francesas cotadas no índice SBF 120 no ano de 2001, utilizaram como variáveis explicativas, a intensidade das provisões<sup>2</sup>, tamanho, alavancagem, rentabilidade, expectativa do mercado e tipo de indústria. A conclusão a que estes autores chegaram foi a de que o padrão de divulgação das empresas francesas está associado com a intensidade das provisão, tamanho, alavancagem e expectativas do mercado.

Considerando ainda outros pontos de análise do estudo de Fonteles *et al.* (2012), estes constataram, entre os fatores que podem ter influência na divulgação das empresas brasileiras, que o tamanho, a rentabilidade e o facto da empresa pertencer ao sector de energia elétrica, telecomunicações, comércio e de minerais não metálicos, são

---

<sup>2</sup> Provisões/Ativo Total

significantes no que toca à influência na divulgação de provisões e contingências. Também Suave *et al.* (2013), concluiu que empresas do sector da energia elétrica, Telecomunicações, são as que divulgam mais informação.

### **3. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO**

Neste módulo será apresentada a metodologia utilizada para se poder atingir os objetivos que se pretendem obter com este trabalho. Inicialmente será realizado um enquadramento metodológico, tendo em conta o método a utilizar, o tipo de pesquisa quanto aos objetivos, assim como os métodos que foram utilizados na recolha e análise dos dados. Logo a seguir, será apresentada a amostra e base de dados subjacente para ser possível a realização do estudo empírico. Posteriormente, serão apresentadas as hipóteses do estudo que servirão de ponto de partida para a realização do modelo de regressão que será por fim apresentado.

#### **3.1. Enquadramento metodológico**

A seleção da metodologia a ser utilizada está dependente do problema a estudar. Deste modo, os procedimentos metodológicos a adotar são importantes para se poder obter os melhores resultados face aos objetivos que se pretendem atingir.

Assim sendo, a metodologia a utilizar tem por base o método dedutivo. Neste método é considerado que a conclusão está implícita nas premissas. Se o raciocínio dedutivo for válido e as premissas forem verdadeiras, então a conclusão também é verdadeira, no pressuposto que as conclusões seguem necessariamente as premissas.

No que diz respeito ao tipo de pesquisa tendo em conta os objetivos, esta classifica-se como de carácter explicativo. A pesquisa explicativa preocupa-se em identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de fenómenos. Este tipo de pesquisa pelo facto de explicar a razão e o porquê das coisas, é o que mais se aprofunda do conhecimento da realidade (Gil, 2008).

Relativamente à abordagem do problema, no que se refere aos métodos de recolha e análise de dados, é considerada uma pesquisa de natureza quantitativa. De acordo com Richardson (1999, p.70), a abordagem quantitativa “caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dessas através de técnicas estatísticas, desde a mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc”. Este método de pesquisa permitirá garantir uma maior precisão dos resultados, evitar

que existam distorções quer de análise, quer de interpretação, e ainda a possibilidade de maior margem de segurança no que diz respeito às inferências realizadas.

### **3.2. Base de dados**

Para a elaboração do modelo que servirá como ponto de análise, foi criada uma base de dados constituída por uma amostra de 40 empresas cotadas em bolsa<sup>3</sup>, 20 das quais portuguesas e as restantes 20 empresas são brasileiras. A amostra é composta por empresas não financeiras, visto que as instituições financeiras apresentam um sistema contabilístico diferente das restantes empresas e específico para este tipo de instituições. As empresas selecionadas apresentam-se cotadas na Bolsa de Valores do respetivo país, sendo que as empresas portuguesas têm os seus títulos negociados na *Euronext Lisbon* e no caso das empresas brasileiras na *BM&FBovespa*.

Os dados foram retirados das DF de cada uma das empresas, no caso português através dos Relatório e Contas disponíveis no *site* da internet de cada empresa, já no caso brasileiro recorreu-se aos Relatórios Financeiros, mais especificamente às Demonstrações Financeiras Padronizadas que se encontram disponíveis no *site* da internet da bolsa *BM&FBovespa*.

Foram retirados dados relativos ao período de 2010 a 2012, sendo 2010 o ano em que a utilização das normas internacionais passou a ser obrigatória para as empresas cotadas em bolsa no Brasil, permitindo assim uma melhor comparação entre as empresas de ambos os países, visto que as empresas cotadas portuguesas já se encontravam obrigadas a apresentar as suas contas de acordo com as normas internacionais.

O tratamento dos dados retirados das DF de cada empresa no que diz respeito à sua organização e análise estatística, foi realizado através da utilização do programa informático *Microsoft Office Excel*.

Tendo em consideração o facto de a moeda em que os valores apresentados nas DF ser diferente entre as empresas portuguesas e as brasileiras, sendo no primeiro caso o Euro e no segundo o Real do Brasil, procedeu-se à respetiva conversão dos valores para o Euro de forma a uniformizar todos os dados a esse respeito. Para tal, recorreu-se ao *site* na internet do Banco de Portugal que disponibiliza as taxas de câmbios diárias de várias

---

<sup>3</sup> Ver anexo 1



moedas desde o ano de 1999 até à presente data. Foram assim consideradas as taxas de câmbio do Euro face ao Real do Brasil referentes à data do balanço de cada ano para o período considerado neste trabalho.

Para além do facto de ser necessária a conversão dos valores para a mesma moeda, os valores apresentados nos relatórios de contas não apresentam todos a mesma unidade monetária, uma vez que alguns dos dados estão apresentados nos relatórios e contas de algumas empresas portuguesas em milhares de Euros e noutros apenas em euros. Optou-se assim por apresentar todos os dados em milhares de Euros.

Após tratamento dos dados, estes foram posteriormente inseridos no programa informático *E-Views* para se proceder à análise do modelo de regressão que serve de base à obtenção dos resultados que se pretendem atingir.

### **3.3. Desenvolvimento das hipóteses de estudo**

Com base em diversos trabalhos de autores que focaram o seu estudo na divulgação da informação financeiras e que foram analisados no capítulo anterior, nomeadamente estudos que se centram nos fatores que influenciam o nível de divulgação por parte das empresas, e também na investigação relativa às provisões, serão formuladas as hipóteses que servirão de fundamento na construção do modelo de estudo.

#### **3.3.1. Dimensão da empresa**

A dimensão da empresa é um dos importantes fatores que tem vindo a ser analisado como sendo influente na divulgação da informação financeira das empresas. Vários são os argumentos considerados que relacionam a dimensão da empresa com o nível de informação divulgada.

De acordo com Watts e Zimmerman (1978), empresas com maior dimensão apresentam maiores custos políticos, uma vez que a sua maior visibilidade e importância não só ao nível do mercado mas também da sociedade, atrai maior atenção governamental e conseqüentes pressões políticas (Murcia e Santos, 2009). Assim sendo, as maiores empresas tendem a divulgar mais informação de forma a poderem reduzir os custos políticos e ainda aumentar a confiança na empresa (Guerreiro, 2006; Murcia e Santos, 2009).

Devido à competitividade subjacente entre as empresas no mercado, empresas de menor dimensão tendem a divulgar menos informação do que as empresas maiores, uma vez que a competitividade destas últimas é menos afetada do que no caso das primeiras (Guerreiro, 2006). As empresas mais pequenas tendem a divulgar menos informação, visto que determinadas informações difundidas para o mercado podem levar a desvantagens competitivas face às restantes empresas (Singhvi e Desai, 1971).

As empresas de maior dimensão para além de possuírem mais recursos, não só humanos como financeiros que lhes permite divulgar informação mais detalhada, estas também produzem informação para fins internos. Isto leva a que, os custos de divulgar informação mais pormenorizada sejam menores para empresas de grande dimensão do que para as pequenas empresas (Singhvi e Desai, 1971).

Vários são os autores em diversos países que verificaram a existência de uma relação positiva entre a dimensão da empresa e o nível de divulgação da informação financeira. Para o caso de Portugal com Guerreiro (2006), no Brasil por Murcia e Santos (2009), na Índia com Hossain (2008) ou na Hungria com Fekete *et al.* (2008), todos estes autores verificaram que o nível de informação financeira divulgada tende a aumentar face a um aumento do tamanho da empresa.

Com base na revisão da literatura podemos formular a seguinte hipótese:

H1: A dimensão da empresa está positivamente relacionada com o reconhecimento de provisões.

### **3.3.2. Nível de endividamento**

Outro ponto que é analisado, é a influência que tem o nível de endividamento no nível de divulgação. As empresas de forma a se financiarem necessitam de divulgar diversas informações aos seus credores, para estes poderem avaliar a situação financeira da empresa, como por exemplo o seu risco de crédito (Hossain *et al.* (1994) citado por Chavent *et al.* (2006)). De acordo com a teoria dos contratos, as empresas para ganharem poder negocial junto dos seus credores tendem a divulgar resultados mais elevado (Astami e Tower, 2006).

Segundo a Teoria de Agência de Jensen e Meckling (1976), existe assimetria de informação entre os credores e a empresa e perante esta situação existem custos de

agência. Para os autores, um elevado nível de endividamento conduz à existência de maiores custos de agência, e uma das formas de reduzir esses custos é através da divulgação da informação por parte das empresas. Assim, de acordo com Jensen e Meckling (1976), empresas com maior nível de endividamento tendem a divulgar mais informação. Esta situação permitirá dar confiança aos credores, bem como anular possível transferência de riqueza dos credores para os acionistas.

Existem vários autores que constataram uma influência do endividamento de uma empresa e o nível de divulgação da informação. Chavent *et al.* (2006) num estudo realizado sobre a divulgação de provisões, tendo por base dados retirados dos relatórios anuais de 2001 de empresas industriais e comerciais francesas cotadas pertencentes ao Índice SBF120, consideram que o padrão de divulgação das empresas francesas está relacionado com o nível de endividamento.

Pelo contrário, segundo Guerreiro (2006), no seu estudo sobre os fatores que explicam os níveis de divulgação de empresas portuguesas e que já foi apresentado anteriormente, concluiu que empresas com menores rácios de endividamento são as que apresentam maiores níveis de divulgação. Já no caso de Alves *et al.* (2012), verificaram que o endividamento não fornece uma explicação para o nível de divulgação voluntária por parte das empresas portuguesas e espanholas. Apesar das evidências empíricas contraditórias, tendo como referência a teoria dos contratos formula-se a seguinte hipótese:

H2: A divulgação de provisões está negativamente relacionada com o nível de endividamento de uma empresa.

### **3.3.3. Rendibilidade**

A rendibilidade é outro fator discutido em diversos trabalhos como podendo ter influência na divulgação de informações financeiras por parte das empresas. Muitos desses estudos verificaram a existência de uma relação positiva entre a rendibilidade das empresas e divulgação da informação.

De acordo com Wang *et al.* (2008) citado por Alves *et al.* (2012), os gestores são incentivados a fornecer mais informação à medida que aumentam os lucros da empresa, como forma de sinalizar qualidade. Michaïlesco (1999) considera que as empresas serão

induzidas a aumentar a qualidade da divulgação, face aos incentivos do mercado financeiro, por via do custo de capital, para assim atrair e dar confiança aos investidores.

Vários estudos indicam que existe uma relação positiva entre a rendibilidade e o nível de divulgação da informação, como Fonteles *et al.* (2012), que verificou, no que diz respeito às empresas cotadas no Brasil, que o seu índice de *disclosure* relativo às provisões e contingências é influenciado positivamente pela rentabilidade. Também Chavent *et al.* (2006), verifica o mesmo impacto em termos das empresas francesas, ou ainda Zourarakis (2009) relativamente às empresas britânicas.

H3: A rendibilidade tem influência positiva no nível de divulgação de provisões.

#### **3.3.4. Portugal**

Por fim, pretende-se perceber qual dos dois países tendem a reportar maior nível de provisões, bem como se idênticos os fatores que afetam as provisões nos dois países.

Analisando o período de adoção das normas internacionais no sistema contabilístico por parte de ambos os países, é possível verificar que em Portugal este processo iniciou-se mais cedo comparativamente com o Brasil.

No que diz respeito a Portugal, as práticas contabilísticas internacionais tiveram início desde 1986 através da implementação de várias Diretivas comunitárias que alteraram o sistema contabilístico nacional. Todavia, o processo de convergência às normas internacionais, tal como referido anteriormente, iniciou-se com a emissão do Regulamento (CE) nº1606/2002, que impunha a utilização a partir de 2005 destas normas nas DF consolidadas das sociedades cotadas.

No caso do Brasil, o processo de convergência às normas internacionais foi efetuado em duas fases, entre 2008 e 2009, e a partir do ano de 2010 (Vieira *et al.*, 2011). Sendo que as empresas brasileiras com valores mobiliários ficaram obrigadas a preparar as suas DF consolidadas a partir de 2010 (PWC, 2013).

Considerando que em Portugal a utilização das normas internacionais pelas empresas com valores mobiliários iniciou-se mais cedo do que no Brasil, poderá se pressupor que as empresas nacionais estão atualmente mais preparadas a efetuar as suas demonstrações financeiras segundo as normas internacionais do que as empresas brasileiras.

Assim sendo, podemos pressupor que a interpretação da norma associada às provisões e o respetivo reconhecimento das provisões será efetuado da melhor forma pelas empresas portuguesas do que pelas empresas brasileiras. Segundo estes pressupostos foi considerada a seguinte hipótese:

H4: Em Portugal as empresas tendem a constituir mais provisões do que as empresas no Brasil.

### **3.4. Modelo de regressão**

Na prossecução dos objetivos que se pretendem atingir com este trabalho, foi realizado um modelo de regressão linear cujas variáveis são um importante ponto de partida para podermos dar resposta ao problema do estudo e identificar os fatores determinantes na divulgação de provisões.

#### **3.4.1. Variáveis do estudo**

Neste ponto são apresentadas as variáveis que compõem o modelo de regressão, assim como o sinal que se espera obter em termos da sua relação, bem como a equação que nos permitirá realizar os testes empíricos que posteriormente serão analisados e os seus resultados interpretados.

Este modelo é constituído por uma variável dependente e quatro variáveis independentes, que permitirão esclarecer os resultados obtidos. No que diz respeito à variável a explicar temos a variável dependente, a que se atribuiu o nome de Provisões e que corresponde ao valor da rubrica Provisões que está divulgada através do Balanço no Passivo Não Corrente relativizada pelo Ativo Total.

Relativamente às variáveis independentes que fazem parte do modelo de regressão, estas foram seleccionadas com base nas hipóteses do estudo apresentadas anteriormente e sendo ainda apresentada a sua influência esperada sobre a variável dependente com base na literatura. Assim sendo, temos a seguinte tabela com as respetivas indicações quanto à medida e influência esperada da respetiva variável independente na variável explicada:

**Tabela 1 - Variáveis Independentes**

<b>Variável</b>	<b>Medida</b>	<b>Influência esperada</b>
Dimensão	Log. Ativo Total	+
Endividamento	Total do Passivo/ Total do Ativo	-
Rendibilidade	Resultado Líquido/Total do Ativo	+
Portugal	Var. <i>Dummy</i> - Assume o valor de 1 no caso das empresas Portuguesas e 0 no caso de empresas brasileiras	+

Fonte: Elaboração própria

Uma nota importante a salientar relativamente aos dados utilizados para realização dos testes empíricos, é que foram utilizados dados em painel, uma vez que combinam séries temporais com *cross-sections*, isto é, são tidos em consideração os anos do período de análise, e permitem comparar grupos de diferentes populações num único ponto de tempo.

A combinação entre séries temporais e *cross-sections* permite aumentar o número de observações, podendo oferecer também uma forma de solucionar os problemas de enviesamento causado pela heterogeneidade não observada, e permitem ainda considerar dinâmicas que são difíceis de analisar com dados transversais, visto estes últimos apenas dizerem respeito a dados respeitantes a um instante no tempo e não um período contínuo.

Foram ainda considerados efeitos fixos, quer temporais quer *cross-section*, ao nível da empresa de modo a serem tidos em conta os efeitos temporais e ao nível de cada empresa.

### **3.4.2. Equação do modelo de regressão**

No que se refere à equação que será utilizada para a realização dos testes empíricos, que nos permitirá conhecer quais os fatores determinantes na divulgação de provisões e qual o tipo de relação existente entre as variáveis, e após apresentação da variável dependente e as respetivas variáveis independentes, temos:

$$\text{Provisões} = \beta_0 + \beta_1 \text{Dimensão}_{it} + \beta_2 \text{Endividamento}_{it} + \beta_3 \text{Rendibilidade}_{it} + \beta_4 \text{Portugal}_{it} + \epsilon_{it}$$

Em que:

**Provisões** = Provisões (Passivo Não Corrente)/Ativo Total

$\beta_0$  = Constante do modelo de regressão

$\beta_n$  = Coeficientes das variáveis independentes

**Dimensão** = Logaritmo do Ativo Total da empresa i no ano t

**Endividamento** = Passivo/Ativo Total da empresa i no ano t

**Rendibilidade** = Resultado Líquido/ Ativo Total da empresa i no ano t

**Portugal** = variável *dummy* que assume o valor 1 caso de empresas Portuguesas, 0 no caso de empresas brasileiras

$\epsilon_i$  = Erro (Resíduos) para a empresa i no ano t

Após apresentação da metodologia utilizada para a realização do estudo empírico, da amostra e respetivo período considerado, da base de dados elaborada, da formulação das hipóteses do estudo e do modelo de regressão linear que nos permitirá atingir o objetivo principal desta investigação, procederemos no capítulo seguinte à análise e interpretação dos resultados obtidos.

## **4. APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS**

Neste capítulo serão apresentados os resultados e a respetiva análise dos mesmos, contribuindo assim para se atingirem todos os objetivos pretendidos com este estudo. Inicialmente será apresentada uma análise estatística tendo em conta a base de dados criada através da informação financeira observada e retirada dos relatórios financeiros das empresas consideradas na amostra. De seguida, será realizada uma análise às correlações existente entre as variáveis consideradas no estudo. Posteriormente, serão analisados os resultados obtidos através do modelo de regressão que permitiram conhecer os fatores que influenciam a constituição de provisões.

### **4.1. Análise estatística do valor das provisões e respetivos resultados**

Neste ponto do capítulo, serão apresentados os resultados da análise estatística tendo em conta os valores observados das provisões nos relatórios financeiros das empresas de ambos os países. Inicialmente será realizada uma breve análise de forma a conhecer a realidade de cada um dos países tendo em conta os valores absolutos das empresas dos dois países, verificando-se assim a evolução ao longo dos três anos do valor das provisões em Portugal e no Brasil, a sua média, desvio padrão, bem como valor máximo e mínimo verificados na amostra. Seguidamente será efetuada uma análise comparativa entre os dois países tendo em conta o peso do valor das provisões no total do ativo.

#### **4.1.1. Análise do valor das Provisões em Portugal e no Brasil**

Com base nos valores retirados da base de dados relativamente às provisões constituídas pelas empresas que constituem a amostra para ambos os países, é possível observar na Tabela 2, que em Portugal o valor total de provisões apresentado pelas suas empresas cotadas em foi de 55.797, 87.252 e 81.380 milhares de euros nos anos de 2010, 2011 e 2012 respetivamente.



**Tabela 2 – Valor das Provisões de Portugal e do Brasil**

Valores em Milhares de Euros

	2010		2011		2012	
	Portugal	Brasil	Portugal	Brasil	Portugal	Brasil
<b>Valor Total de Provisões</b>	1 115 934	25 075 864	1 745 038	26 786 620	1 627 600	32 944 802
<b>Média</b>	55 797	1 253 793	87 252	1 339 331	81 380	1 647 240
<b>Desvio Padrão</b>	100 641	2 676 241	160 543	2 937 308	136 867	3 695 913
<b>Máximo</b>	431 194	10 392 614	628 849	11 396 595	510 340	15 102 196
<b>Mínimo</b>	704	19 070	391	22 676	286	30 771

Fonte: Elaboração própria

Como é indicado na tabela, o valor total das Provisões para Portugal ao longo dos três anos, aumentou entre 2010 e 2011, diminuindo de 2011 para 2012. No que diz respeito à ao valor médio das provisões apresentado pelas empresas da amostra é possível observar que cada empresa portuguesa reconheceu em média 55.779, 87.252 e 81.380 milhares de euros em provisões, respetivamente para 2010, 2011 e 2012. Todavia, de acordo com o desvio padrão, que indica a dispersão que existe entre os valores em relação à média, verifica-se que o mesmo mostra-se bastante superior ao valor da média, significando que a amostra é heterogénea. Esta situação pode ser ainda acompanhada através da análise ao valor máximo e mínimo observado na amostra, onde é possível verificar que existe uma diferença elevada entre o valor mais alto de provisões divulgadas e o mais valor mais baixo constituído pelas empresas portuguesas.

No que se refere às empresas cotadas no Brasil, é possível verificar através da Tabela 2 que o valor total das provisões aumentou ao longo dos três anos de 25.075.864 em 2010 para 32.944.802 milhares de euros em 2012. Tal como os valores retirados da amostra das empresas portuguesas, também nas empresas brasileiras se verifica grande heterogeneidade observada pelos valores do desvio padrão, assim como a grande discrepância entre o valor mínimo e máximo observado.

Contudo, estes dados apenas permitem conhecer a realidade de cada país no que diz respeito aos valores das provisões divulgadas pelas empresas da amostra. Uma vez que existe uma grande diferença entre Portugal e Brasil explicada em parte pela dimensão das empresas, será efetuada seguidamente uma análise tendo em conta o peso das provisões no total do ativo, permitindo assim uma melhor comparação entre o valor de provisões divulgado entre ambos os países.

#### 4.1.2. Peso do valor das Provisões no Ativo total

De forma a ser possível uma melhor comparação entre os dois países, foram considerados os valores das provisões no que toca ao seu peso no total dos ativos da empresa. Neste seguimento, é possível verificar através da Tabela 3 que o peso das provisões totais no total do ativo das empresas cotadas brasileiras é superior ao apresentado pelas empresas cotadas portuguesas nos três anos selecionados. Indicando assim uma maior constituição de provisões nas empresas no Brasil comparativamente com as de Portugal.

**Tabela 3** – Peso do valor das provisões no total do ativo em Portugal e no Brasil

	2010		2011		2012	
	Portugal	Brasil	Portugal	Brasil	Portugal	Brasil
<b>Valor total de Provisões</b> (em milhares de euros)	1.115.934	25.075.864	1.745.038	26.786.620	1.627.600	32.944.802
<b>Valor Total do Ativo</b> (em milhares de euros)	105.557.704	553.071.477	116.182.137	595.168.676	120.621.105	695.980.429
<b>Peso Total das Provisões no Ativo (%)</b>	1,06%	4,53%	1,50%	4,50%	1,35%	4,73%
<b>Média (%)</b>	1,05%	3,45%	1,34%	2,98%	1,33%	2,94%
<b>Desvio Padrão (%)</b>	0,86%	3,24%	1,12%	2,82%	1,24%	2,44%
<b>Valor máximo (%)</b>	3,17%	13,52%	3,79%	11,61%	4,51%	8,60%
<b>Valor mínimo (%)</b>	0,04%	0,27%	0,05%	0,32%	0,04%	0,37%

Fonte: Elaboração própria

Relativamente à análise do peso das variações ao longo dos três anos podemos ver que a sua evolução apresenta-se em sentido oposto entre as empresas portuguesas e as brasileiras. No caso de Portugal, o peso das provisões aumentou de 2010 para 2011, diminuindo no período seguinte, no Brasil observou-se uma pequena quebra do peso entre os dois primeiros anos e posterior aumento em 2012.

No entanto, apesar do peso total das provisões face ao ativos ser superior no Brasil, podemos constatar que em média as empresas brasileiras têm vindo a reconhecer menos provisões face ao ativo total ao longo dos três anos. Verifica-se a mesma situação no que toca ao peso máximo observado nas empresas brasileiras que constituem a amostra, peso este que passou de 13,52% em 2010 para 8,60% em 2012. Contrariamente às empresas portuguesas, onde o peso máximo observado tem vindo a aumentar ao longo dos três anos.

Em suma, através desta análise é possível verificar que no Brasil as empresas cotadas tendem a divulgar um valor de provisões face ao total do ativo superior ao verificado em Portugal.

#### **4.2. Análise da correlação entre as variáveis**

No que diz respeito à análise da correlação, de acordo com Gujarati (2004), esta tem como principal objetivo medir a força ou grau de associação linear entre duas variáveis.

Um dos testes utilizados na análise das correlações é o do coeficiente de correlação de *Pearson*, que averigua a associação entre duas variáveis. O coeficiente de correlação varia entre -1 e 1, sendo que uma correlação de -1 significa a existência de uma correlação negativa perfeita, pelo contrário uma correlação de 1 significa que há uma correlação positiva perfeita, já uma correlação de 0 significa que não existe relação entre as variáveis (Martins, 2011).

Os critérios de análise dos resultados obtidos referentes às correlações serão considerados de acordo com as classificações atribuídas por Santos (2007). Para a autora, valores entre 0 e inferiores a 0,1 a correlação é considerada como muito fraca, entre 0,1 e inferior a 0,5 é classificada como fraca, valores entre 0,5 e inferiores a 0,8 é considerada uma correlação moderada e valores iguais ou superiores a 0,8 esta é considerada como forte.

De acordo com os resultados obtidos referentes às correlações existentes entre as variáveis, é possível verificar através da tabela 4 que as variáveis do estudo são estatisticamente significativas entre si. No que toca às correlações entre a variável dependente e variável independente verifica-se que existe uma correlação fraca positiva entre o valor da dimensão da empresa e as provisões com um coeficiente de 0,411, assim como entre a rendibilidade e as provisões observando-se uma coeficiente de 0,209. No caso da correlação entre o nível de endividamento e o nível de provisões, segundo a classificação de Santos (2007), esta apresenta-se também fraca (0,285) mas ao contrário das correlações entre as outras duas variáveis independentes face à variável dependente a mesma apresenta-se negativa.

**Tabela 4 – Matriz de Correlação**

	<b>Provisões</b>	<b>Dimensão</b>	<b>Endividamento</b>	<b>Rendibilidade</b>
<b>Provisões</b>	1			
<b>Dimensão</b>	0.411385	1		
<b>Endividamento</b>	-0.285916	-0.436879	1	
<b>Rendibilidade</b>	0.209774	0.260608	-0.305058	1

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do *E-Views*

Quanto à existência de correlações entre as variáveis independentes, é possível observar a existência de correlações fracas entre todas as variáveis. Todavia, pode-se observar que existe uma correlação negativa entre a dimensão e o nível de endividamento, e ainda deste último com a rendibilidade da empresa. Pelo contrário, verifica-se que a correlação existente entre a dimensão da empresa e a sua rendibilidade é positiva.

Seguidamente serão analisados os resultados obtidos pelo modelo de regressão, e verificando se os mesmos vão de encontro com as hipóteses desenvolvidas de forma a identificar a relação que existe entre os fatores apresentados e o nível de provisões apresentado.

#### **4.3. Análise dos fatores que influenciam a divulgação de provisões**

A partir do modelo de regressão linear múltipla, que descreve a relação entre um conjunto de variáveis independentes e uma variável dependente (Guimarães e Cabral, 1997), será

possível analisar neste estudo a relação existente entre a variável dependente (Provisões) e as variáveis independentes (Dimensão, Endividamento, Rendibilidade e a variável *dummy* Portugal). Este modelo de regressão irá permitir identificar os determinantes das provisões, assim como a sua relação face ao nível das provisões constituídas.

Esta análise está subdividida em 4 pontos. Em primeiro lugar, serão analisados os resultados tendo em conta o total da amostra, mas não considerando a variável *dummy* Portugal do estudo. Nos dois pontos seguintes, a análise incidirá sobre empresas de cada um dos países, primeiro considerando apenas as 20 empresas portuguesas, e em segundo considerando apenas as 20 empresas brasileiras. Por último serão apresentados os resultados tendo em conta o modelo de regressão com todas as variáveis consideradas no estudo, de forma a dar resposta às hipóteses apresentadas.

#### **4.3.1. Análise do modelo de regressão considerando a totalidade da amostra, mas sem a consideração da variável *dummy* (Portugal)**

Com base no modelo de regressão apresentado inicialmente, mas não considerando a variável que permite identificar a que país pertence as empresas da amostra, se Portugal ou Brasil, foram obtidos os seguintes resultados apresentados na Tabela 5.

**Tabela 5** – Resultados do modelo de regressão considerando todas as empresas (sem a var. *dummy*)

Sinal Previsto			Coeficiente	t-Stat.
C			16.51325	2.886574
DIMENSAO	+		-0.673515 *	-1.833902
ENDIVIDAMENTO	-		-0.054072 ***	-2.638356
RENDIBILIDADE	+		-0.067676 ***	-3.101293
Nº Observações			120	
Adj. R-squared			0.900948	

Fonte: Dados disponibilizados pelo *E-Views*

\*\*\* Significante ao nível de 1%; \* Significante ao nível de 10%

Os resultados mostram que o nível de provisões divulgadas pelas empresas tende a diminuir com o aumento da dimensão, nível de endividamento e rendibilidade. Em termos

da dimensão e da rendibilidade, os resultados vão contra ao que é apresentado pela literatura demonstrada anteriormente, onde segundo Murcia e Santos (2009) é verificada a existência de uma relação positiva entre a dimensão e a divulgação, e relativamente à rendibilidade, Chavent *et al.* (2006) observa que esta influência positivamente o nível de informação divulgada.

Quanto ao nível de significância das variáveis independentes face à variável dependente, quer o endividamento, quer a rendibilidade são estatisticamente significativas com um nível de significância de 1%, enquanto que a dimensão tem uma influência significativa no valor das provisões divulgadas ao nível dos 10%. Através do valor do coeficiente de determinação ajustado  $R^2$ , é possível saber se a variação na variável dependente é explicada pelo modelo de regressão. Na tabela 5 é possível observar que as variáveis dimensão, nível de endividamento e rendibilidade têm capacidade explicativa elevada na variável dependente, isto é, cerca de 90% do valor divulgado de provisões consegue ser explicado pelas variáveis independentes.

Neste ponto, podemos assim constatar que as variáveis independentes neste modelo de regressão são estatisticamente significativas, no entanto têm uma influência negativa no valor das provisões divulgadas pelas empresas.

#### **4.3.2. Análise do modelo de regressão considerando apenas as empresas Portuguesas**

No que diz respeito apenas à análise às empresas cotadas portuguesas, procura-se saber quais os fatores determinantes para o valor divulgado de provisões para estas empresas.

**Tabela 6** – Resultados do modelo de regressão para as empresas de Portugal

Sinal Previsto		Coeficiente	t-Stat.
C		42.25546	3.548639
DIMENSAO	+	-2.648212 ***	-3.297191
ENDIVIDAMENTO	-	-0.025296	-1.483918
RENDIBILIDADE	+	-0.081025 ***	-4.380687
Nº Observações		60	
Adj. R-squared		0.823102	

Fonte: Dados disponibilizados pelo *E-Views*

\*\*\* Significante ao nível de 1%;

Perante os resultados obtidos é possível verificar que a dimensão e a rendibilidade apresentam um nível de significância de 1%. No que se refere ao efeito que a dimensão e a rendibilidade tem no nível de divulgação das provisões, segundo a tabela 6, indicam que este é negativo para ambos os casos. As provisões divulgadas tendem a aumentar quando a dimensão e a rendibilidade da empresa diminui.

Estes resultados, tal como os anteriores indicaram, não corroboram os resultados obtidos por Guerreiro (2006), que constatou que empresas maiores tendem a divulgar mais informação do que as empresas de menor dimensão. Também não são consistentes com os resultados de Chavent *et al.* (2006), no que toca à rendibilidade da empresa, sendo que estes verificaram uma relação positiva entre o nível de informação divulgada e a rendibilidade.

No que se refere ao endividamento, tal como a dimensão e a rendibilidade, este influencia negativamente o valor das provisões, contudo este não apresenta significância estatística face à variável dependente contrariamente às outras duas variáveis independentes.

Por fim, quanto ao valor do coeficiente de determinação ajustado, este apresenta um valor de 0,8231, significando que 82,31% do valor da variável dependente é explicada pelo modelo de regressão.

Em suma, a dimensão e a rendibilidade são fatores determinantes para explicar o valor divulgado de provisões. De seguida, será efetuada a análise para conhecer quais os fatores que influenciam o nível de provisões das empresas brasileiras.

#### **4.3.3. Análise do modelo de regressão considerando apenas as empresas Brasileiras**

Considerando o modelo de regressão apenas com empresas brasileiras na sua análise, será possível verificar se existem diferenças entre os fatores que influenciam as empresas portuguesas e as brasileiras.

**Tabela 7** – Resultados do modelo de regressão para as empresas do Brasil

Sinal Previsto			
		Coefficiente	t-Stat.
C		14.97232	1.819514
DIMENSAO	+	-0.409467	-0.821067
ENDIVIDAMENTO	-	-0.082092 **	-2.066389
RENDIBILIDADE	+	-0.059347	-1.212653
Nº Observações		60	
Adj. R-squared		0.898596	

Fonte: Dados disponibilizados pelo *E-Views*

\*\* Significante ao nível de 5%

Observando os resultados obtidos na tabela 7, podemos verificar que todas as variáveis, tal como para o caso das empresas portuguesas, apresentam uma relação negativa entre a variável explicada e as variáveis independentes. No entanto, a variável que tem significância estatística relativamente ao valor das provisões divulgado é a variável respeitante ao nível de endividamento. Ao contrário da dimensão e rendibilidade, que não apresentam significância estatística para explicar a variável dependente, o endividamento apresenta um nível dos de significância ao nível de 5%.

Deste modo, contrariamente às empresas portuguesas onde a dimensão e a rendibilidade são importantes elementos explicativos do valor das provisões, no caso do Brasil o nível de endividamento da empresa é determinante na explicação desse valor. Consoante os resultados apresentados verifica-se que, quanto menor for o nível de endividamento das empresas brasileiras, mais estas tendem a aumentar a divulgação de provisões. Estes resultados corroboram os do estudo de Guerreiro (2006), em que a autora concluiu que as empresas que apresentam maiores níveis de divulgação são aquelas cujos rácios de endividamento são menores.

Verificando a percentagem explicativa das variáveis independentes na variação da variável dependente, através do coeficiente de determinação  $R^2$  ajustado, a mesma é de quase 90%, sendo superior à observada para o modelo de regressão considerando apenas as empresas portuguesas.



Após a análise dos resultados obtidos para as empresas brasileiras face às portuguesas, estes mostram que os fatores que explicam o valor das provisões são diferentes para ambos os países.

#### 4.3.4. Análise do modelo de regressão considerando todas as variáveis em estudo

Tendo em conta o principal objetivo deste trabalho e da realização de um modelo de regressão e as suas variáveis, serão agora apresentados os resultados desse modelo e que darão resposta às hipóteses formuladas anteriormente e que permitiram a seleção das variáveis independentes a considerar no modelo.

**Tabela 8** – Resultados do modelo de regressão considerando o total da amostra e todas a variáveis independentes

		Sinal Previsto		
			Coeficiente	t-Stat.
C			-2.790244	-0.939492
DIMENSAO	+		0.363051 **	2.233013
ENDIVIDAMENTO	-		-0.003805	-0.235894
RENDIBILIDADE	+		0.045396	1.140427
PORTUGAL	+		-1.127594 **	-2.238073
Nº Observações			120	
Adj. R-squared			0.183162	

Fonte: Dados disponibilizados pelo *E-Views*

\*\* Significante ao nível dos 5%

Após observação dos resultados apresentados na tabela 8, é possível verificar que a dimensão das empresas e sua rentabilidade estão positivamente relacionados com o nível de provisões divulgado. Estes resultados vão de encontro ao observado por autores como Fonteles *et al.* (2012) e Alves *et al.* (2012), que mostram que quanto maior a dimensão da empresa e a rentabilidade, maior é o nível de informação divulgada.

Pelo contrário, o endividamento e a variável *dummy* Portugal, apresentam uma influência negativa no valor das provisões divulgado. Isto significa que empresas com maior nível

de endividamento tendem a divulgar menos provisões, e são as empresas brasileiras que divulgam um maior valor de provisões face às empresas portuguesas.

Tendo em conta as hipóteses consideradas para construção do modelo de estudo, é possível verificar que os resultados obtidos suportam todas as hipóteses à exceção da hipótese 4.

No entanto, apesar da influência destes fatores na constituição de provisões, apenas a variável Portugal e a dimensão são estatisticamente significativas, com um nível de significância de 5%.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste último capítulo será apresentada uma breve conclusão dos resultados obtidos que permitiram dar resposta aos objetivos traçados com a realização deste trabalho. De seguida serão demonstradas algumas das limitações existentes no estudo empírico. E por fim, apresentam-se algumas sugestões para investigações futuras.

### **5.1. Principais conclusões**

Este trabalho tem como objetivo principal identificar os fatores que influenciam a constituição de provisões por parte das empresas portuguesas e brasileiras. Foram assim considerados diversos objetivos específicos que contribuíram para que fosse possível atingir o resultado pretendido com este estudo. Com base na pesquisa na literatura e na metodologia utilizada, foi possível obter respostas que foram ao encontro dos objetivos considerado para investigação.

No que diz respeito ao objetivo específico de verificar em que país, entre Portugal e o Brasil, qual o que reconhecia um nível superior de provisões, tendo como base o peso das provisões no total do ativo das empresas, foi possível observar que as empresas cotadas brasileiras apresentam mais provisões relativamente aos ativos do que as empresas cotadas portuguesas.

Relativamente ao objetivo de conhecer a evolução ao longo do período considerado, 2010 a 2012, do valor divulgado de provisões para Portugal e o Brasil, foi verificado que no caso Português este valor aumentou no segundo ano, no entanto diminuiu no ano seguinte. Já no caso das empresas brasileiras, observou-se que o valor total de provisões teve sempre em crescimento durante os 3 anos considerados.

Quanto ao objetivo de saber quais os fatores determinantes que podem explicar o nível de provisões em cada um dos países, os resultados sugerem que estes são diferentes para Portugal e para o Brasil. Em Portugal, os fatores que tendem a influenciar as provisões reconhecidas são a dimensão das empresas e sua a rendibilidade, sendo que o nível de endividamento não se apresenta estatisticamente significativo para explicar o valor das provisões. Contrariamente a Portugal, para o Brasil dos fatores considerados no estudo apenas o nível de endividamento tem significância estatística para explicar as provisões.

É possível então observar que, apesar das empresas dos dois países seguirem o mesmo normativo base no seu sistema contabilístico no que diz respeito às provisões, o nível de provisões divulgado é influenciado por fatores distintos.

Tendo em conta o objetivo principal deste trabalho, e que teve por base a realização desta investigação e de todos os procedimentos efetuados no estudo empírico, foi possível conhecer os fatores que influenciam o nível de provisões reconhecidas. Perante os fatores considerados como podendo ser determinantes explicativos para o reconhecimento das provisões, verificou-se que relativamente às características económicas das empresas em estudo, a dimensão da empresa e a sua rendibilidade tem uma influência positiva no valor divulgado de provisões. No sentido oposto, o nível de endividamento afeta negativamente o nível de provisões que são reconhecidas pelas empresas. Considerando ainda o país como variável independente do estudo, foi possível identificar mais uma vez que as empresas brasileiras são as que apresentam mais provisões face às empresas portuguesas.

Todavia, das variáveis independentes consideradas no estudo, apenas a variável *dummy* Portugal e a dimensão são estatisticamente significativas para explicar o valor das provisões. Assim sendo, tendo em conta o objetivo principal do estudo empírico, concluiu-se através do modelo de regressão, face à amostra e período considerados, que as empresas de maior dimensão e pertencentes ao Brasil, são as que apresentam maior nível de provisões divulgado.

Este trabalho evidência a necessidade da existência de regras mais específicas no que diz respeito ao tratamento contabilístico das provisões, por forma limitar a discricionariedade dos gestores na divulgação dos resultados tendo em conta a situação económica e financeira das empresas.

## **5.2. Limitações do estudo**

No que concerne a limitações que o estudo apresentou, é possível observar que tal como outros estudo os seus autores enfrentam sempre algumas limitações na sua investigação.

Relativamente ao presente estudo é possível enumerar algumas das limitações, entre elas a consideração apenas de empresas cotadas em bolsa, não permitindo assim que se possa generalizar os resultados às restantes empresas que não se enquadram nesta situação como as empresas do setor financeiro ou pequenas e médias empresas.

Outra limitação a apontar é o facto de não ter sido possível efetuar uma análise mais detalhada por tipo de provisões, uma vez que nem sempre essa informação era divulgada nas demonstrações financeiras das empresas, mais concretamente no anexo. Analisando-se assim o valor total das provisões excluindo-se uma análise por tipo de provisão.

Ainda a apontar a questão de poderem existir outros fatores, para além dos selecionados que permitissem explicar o nível de provisões reconhecidas e que não foram considerados no estudo.

### **5.3. Sugestões para investigações futuras**

No que se refere a propostas para trabalhos futuros, uma sugestão seria a de alargar a amostra a mais empresas de ambos os países, considerando não só mais empresas com valores mobiliários cotados em bolsa, mas também às restantes empresas.

Para além disso, selecionar outros fatores associados à empresa como o setor, o tipo de auditor, ou ainda a sua cotação no mercado internacional, por forma a verificar se estes apresentam um influência explicativa no que diz respeito ao reconhecimento de provisões por parte das empresas de Portugal e do Brasil.

Outra proposta seria a de elaborar um estudo comparativo entre Portugal e outro país, onde as empresas portuguesas estabeleçam relações de negócio importantes, por forma a conhecer o ambiente empresarial e como as empresas desses países atuam no mercado.

Por fim, comparando ainda Portugal e o Brasil, outra sugestão seria a de realizar um estudo empírico tendo em conta outra rubrica do Balanço ou de outra demonstração financeira, tendo em conta os fatores determinantes selecionados no presente estudo.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, R., Dias, A., Albuquerque, F., Carvalho, F., Pinheiro, P. & Marcelino, M. (2012a). As provisões, passivos contingentes e activos contingentes: passado, presente e futuro. *Revista TOC*, 149, 36-40.

Almeida, R., Dias, A., Albuquerque, F., Carvalho, F., Pinheiro, P. & Marcelino, M. (2012b). IAS 37- O projecto de substituição da norma. *Revista TOC*, 151, 51-57.

Altri (2011). Exercício 2010 (Contas Consolidadas). Acedido em 20 de junho de 2014, disponível em:  
<http://www.altri.pt/~media/Files/A/Altri/reports/portuguese/2010/ALTRI2010consPTvf.pdf>

Altri (2012). Relatório e Contas 2011 da Altri. Acedido em 20 de junho 2014, disponível em:  
<http://www.altri.pt/~media/Files/A/Altri/reports/portuguese/2011/ALTRI2011PT.pdf>

Altri (2013). Relatório & Contas 2012 da Altri. Acedido em 20 de junho de 2014, disponível em:  
[http://www.altri.pt/~media/Files/A/Altri/reports/portuguese/2012/ALTRI\\_2012\\_PT.pdf](http://www.altri.pt/~media/Files/A/Altri/reports/portuguese/2012/ALTRI_2012_PT.pdf)

Alves, H., Rodrigues, A. & Canadas, N. (2012). Factors influencing the different categories of voluntary disclosure in annual reports: An analysis for Iberian Peninsula listed companies. *Tékhne – Review of Applied Management Studies*, 10, 15-26.

Astami, E. & Tower, G. (2006). Accounting Policy Choice and Firm Characteristics in the Asia Pacific Region: an International Empirical Test of costly contracting Theory. *The International Journal of Accounting*, 41, 1-21.

Banco de Portugal (2014). Taxas de Câmbio. Acedido em 5 de maio de 2014, disponível em:  
<https://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/Dominios%20Estatisticos/EstatisticasCambiais/Documents/cambdia.xls>

x

BM&FBOVESPA (2014). *Empresas Listadas*. Acedido em 5 de maio de 2014, disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/Cias-Listadas/Empresas-Listadas/BuscaEmpresaListada.aspx?idioma=pt-br>

Chavent, M., Ding, Y., Fu, L., Stolowy, H. & Wang, H. (2006). Disclosure and Determinants Studies: An Extension Using the Divisive Clustering Method (DIV). *European Accounting Review*, 15, (2), 181-218.

Cimpor (2011). Relatório & Contas 2010. Acedido em 20 de junho de 2014, disponível em: <http://www.cimpor.pt/cache/binImagens/XPQXh7AXX88418Qh4csTgfPZKU.pdf>

Cimpor (2012). Relatório & Contas 2011. Acedido em 20 de junho de 2014, disponível em: <http://www.cimpor.pt/cache/binImagens/XPQXh7AXX144078Qh4csTgfPZKU.pdf>

Cimpor (2013). Relatório & Contas 2012. Acedido em 20 de junho de 2014, disponível em: <http://www.cimpor.pt/cache/binImagens/XPQXh7AXX187788Qh4csTgfPZKU.pdf>

Cofina (2011). Relatório e Contas consolidado 2010. Acedido em 20 de junho de 2014, disponível em: <http://www.cofina.pt/~media/Files/C/Cofina/investors/reports/2010rep/rec10/rec10.pdf>

Cofina (2012). Relatório e contas anual de 2011. Acedido em 20 de junho de 2014, disponível em: <http://www.cofina.pt/~media/Files/C/Cofina/investors/reports/2011rep/rc2011pt/rc2011pt.pdf>

Cofina (2013). Relatório e Contas 2012. Acedido em 20 de junho de 2014, disponível em: [http://www.cofina.pt/~media/Files/C/Cofina/investors/reports/2012rep/COFINA\\_2012\\_PT.pdf](http://www.cofina.pt/~media/Files/C/Cofina/investors/reports/2012rep/COFINA_2012_PT.pdf)

Corticeira Amorim (2011). Relatório e Contas 2010. Acedido em 20 de junho de 2014, disponível em: [http://www.amorim.com/xms/files/Investidores/5\\_Relatorio\\_e\\_Contas/CASGPSRELC ONTAS.pdf](http://www.amorim.com/xms/files/Investidores/5_Relatorio_e_Contas/CASGPSRELC ONTAS.pdf)

Corticeira Amorim (2012). Relatório e Contas 2011. Acedido em 20 de junho de 2014, disponível em: [http://www.amorim.com/xms/files/Investidores/5\\_Relatorio\\_e\\_Contas/23\\_03\\_12\\_R\\_C\\_Corticeira\\_Amorim2011.pdf](http://www.amorim.com/xms/files/Investidores/5_Relatorio_e_Contas/23_03_12_R_C_Corticeira_Amorim2011.pdf)

Corticeira Amorim (2013). Relatório e Contas 2012. Acedido em 20 de junho de 2014, disponível em: [http://www.amorim.com/xms/files/Investidores/5\\_Relatorio\\_e\\_Contas/Corticeira\\_Amorim\\_-\\_R\\_C\\_2012.pdf](http://www.amorim.com/xms/files/Investidores/5_Relatorio_e_Contas/Corticeira_Amorim_-_R_C_2012.pdf)

Costa, T., Almeida, S. & Silva, A. (2013). Uma análise dos impactos da adoção das normas internacionais de contabilidade no brasil: um estudo de empresas de capital aberto no sector de bebidas, alimentos e comércio. *Pensar Contábil*, 15(56), 4-13.

Cunha, R. (2010). *Fatores Determinantes do Nível de Disclosure das Empresas de Energia Elétrica Brasileira: Um Estudo com Dados em Painel*. Dissertação de Mestrado, Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo, Brasil.

Dechow, P., Ge, W. & Schrand, C. (2010). Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. *Journal of Accounting and Economics*, 50, 344-401.

Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro. *Diário da República*, 1.ª série A — N.º 34. Ministério das Finanças e da Administração Pública.

Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho. *Diário da República*, 1.ª série — N.º 133. Ministério das Finanças e da Administração Pública.

Deliberação 594/09 de 15 de setembro de 2009 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 25. Acedido em 24 de novembro de 2013, disponível em: <http://www.cvm.gov.br/port/snc/deli594.pdf>

Delloite (2013). *International Accounting Standards (IAS) 37- Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets*. Acedido em 24 de novembro de 2013, disponível em: <http://www.iasplus.com/en/standards/ias/ias37>



EDP (2011). Relatório e Contas 2010. Acedido em 20 de junho de 2014, disponível em: [http://www.edp.pt/pt/investidores/publicacoes/relatorioecontas/2010/Relatrio%20e%20Contas%202010/Book\\_RC%20EDP\\_PT\\_5Mai\\_O.pdf](http://www.edp.pt/pt/investidores/publicacoes/relatorioecontas/2010/Relatrio%20e%20Contas%202010/Book_RC%20EDP_PT_5Mai_O.pdf)

EDP (2012). Relatório e Contas 2011. Acedido em 20 de junho de 2014, disponível em: [http://www.edp.pt/pt/investidores/publicacoes/relatorioecontas/Relatrio%20e%20Contas/RelContas11\\_PT.pdf](http://www.edp.pt/pt/investidores/publicacoes/relatorioecontas/Relatrio%20e%20Contas/RelContas11_PT.pdf)

EDP (2013). Relatório e Contas 2012. Acedido em 20 de junho de 2014, disponível em: [http://www.edp.pt/pt/investidores/publicacoes/relatorioecontas/2012/Relatrio%20e%20Contas%202012/RelatorioContas2012\\_PT.pdf](http://www.edp.pt/pt/investidores/publicacoes/relatorioecontas/2012/Relatrio%20e%20Contas%202012/RelatorioContas2012_PT.pdf)

Fekete, S., Matis, D. & Lukács, J. (2008). Factors Influencing the Extent of Corporate Compliance with IFRS. The Case of Hungarian Listed Companies. Acedido em 18 de dezembro de 2013, disponível em: <http://www.oeconomica.uab.ro/upload/lucrari/1020081/2.pdf>

Fonteles, I., Nascimento, C., Ponte, V. & Rebouças, S. (2012). Determinantes da evidenciação de provisões e contingências por companhias listadas na BM&FBovespa. *12º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*, São Paulo, 26 - 27 julho.

Galp Energia (2011). Relatório & Contas Galp Energia 2010. Acedido em 20 de junho 2014, disponível em: <http://www.galpenergia.com/PT/investidor/Relatorios-e-resultados/relatorios-anuais/Documents/RelatorioContas2010PT.pdf>

Galp Energia (2012). Relatório & Contas 2011. Acedido em 20 de junho de 2014, disponível em: <http://www.galpenergia.com/PT/investidor/Relatorios-e-resultados/relatorios-anuais/Documents/Relatoriocontas2011PT.pdf>

Galp Energia (2013). Relatório & Contas 2012. Acedido em 20 de junho de 2014, disponível em: [http://www.galpenergia.com/PT/investidor/Relatorios-e-resultados/relatorios-anuais/Documents/Relatorio\\_contas\\_2012.pdf](http://www.galpenergia.com/PT/investidor/Relatorios-e-resultados/relatorios-anuais/Documents/Relatorio_contas_2012.pdf)

Gil, A. (2008). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.

Grupo Soares da Costa (2011). Relatório e Contas 2010. Acedido em 20 de junho de 2014, disponível em: <http://www.sdcinvestimentos.pt/documents/institucional/001%20-%20Relatorio%20Completo%20Grupo%20Soares%20da%20Costa.pdf>

Grupo Soares da Costa (2012). Relatório & Contas 2011. Acedido em 20 de junho de 2014, disponível em: [http://www.sdcinvestimentos.pt/documents/rc\\_2011\\_grupo\\_sdc\\_web.pdf](http://www.sdcinvestimentos.pt/documents/rc_2011_grupo_sdc_web.pdf)

Grupo Soares da Costa (2013). Relatório & Contas 2012. Acedido em 20 de junho de 2014, disponível em: [http://www.sdcinvestimentos.pt/documents/relatorio\\_gestao\\_grupo\\_2012\\_low.pdf](http://www.sdcinvestimentos.pt/documents/relatorio_gestao_grupo_2012_low.pdf)

Guerreiro, M. (2006). Impacto da adopção das International Financial Reporting Standards: factores explicativos do nível de informação divulgada pelas empresas portuguesas cotadas. *Revista de Contabilidade e Gestão*, 3, 7-32.

Guimarães, R. & Cabral, J. (1997). *Estatística*. Edição Revista, Lisboa: McGraw-Hill.

Gujarati, D. (2004). *Basic Econometrics*. 4º Ed., The McGraw-Hill Companies.

Healy, P. & Palepu, K. (2001). Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: A review of the empirical disclosure literature. *Journal of Accounting and Economics*, 31, 405-440.

Hossain, M. (2008). The Extent of Disclosure in Annual Reports of Banking Companies: The Case of India. *European Journal of Scientific Research*, 23(4), 660-681.

IAS 37 (2008). Norma Internacional de Contabilidade 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes. *Jornal Oficial da União Europeia* L 320 de 29 de novembro de 2008

Impresa (2011). Relatório e Contas –Exercício de 2010. Acedido em 20 de junho de 2014, disponível em: <http://binaries.cdn.impresa.pt/escenic-legacy/binary/2013/10/30/17/contas2010.pdf>

Impresa (2012). Relatório e Contas –Exercício de 2011. Acedido em 20 de junho de 2014, disponível em: <http://binaries.cdn.impresa.pt/escenic-legacy/binary/2013/10/30/17/Contas2011.pdf>

Impresa (2013). Relatório e Contas –Exercício de 2012. Acedido em 20 de junho de 2014, disponível em: [http://binaries.cdn.impresa.pt/escenic-legacy/binary/2013/10/30/17/IMPRESARelconsolidadode\\_2012.pdf](http://binaries.cdn.impresa.pt/escenic-legacy/binary/2013/10/30/17/IMPRESARelconsolidadode_2012.pdf)

Inapa (2011). Relatório & Contas 2010. Acedido em 21 de junho de 2014, disponível em: [http://www.inapa.pt/uploads/documentos/documento\\_1303301305\\_1748.pdf](http://www.inapa.pt/uploads/documentos/documento_1303301305_1748.pdf)

Inapa (2012). Relatório & Contas 2011. Acedido em 21 de junho 2014, disponível em: [http://www.inapa.pt/uploads/documentos/documento\\_1335266177\\_1968.pdf](http://www.inapa.pt/uploads/documentos/documento_1335266177_1968.pdf)

Inapa (2013). Relatório & Contas 2012. Acedido em 21 de junho de 2014, disponível em: [http://www.inapa.pt/uploads/documentos/documento\\_1363804389\\_1873.pdf](http://www.inapa.pt/uploads/documentos/documento_1363804389_1873.pdf)

International Accounting Standards Board, IASB (2010). Exposure Draft - Measurement of Liabilities in IAS 37. Acedido em 28 de novembro de 2013, disponível em <http://www.ifrs.org/Current-Projects/IASB-Projects/Liabilities/EDJan10/Documents/EDIAS37Liabilities0110.pdf>

Iudicibus, S. (1980). *Teoria da Contabilidade*, São Paulo, Editora Atlas

Jensen, M. & Meckling, W. (1976). Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure. *Journal of Financial Economics*, 3, 305-360.

Jerónimo Martins (2011). Relatório & Contas 2010. Acedido em 20 de junho de 2014, disponível em: <http://www.jeronimomartins.pt/media/105767/Relatorio%20e%20Contas%202010.pdf>

Jerónimo Martins (2012). Relatório & Contas 2011. Acedido em 20 de junho de 2014, disponível em: [http://www.jeronimomartins.pt/media/441161/relatorio\\_e\\_contas\\_jeronimo\\_martins\\_2011.pdf](http://www.jeronimomartins.pt/media/441161/relatorio_e_contas_jeronimo_martins_2011.pdf)

Jerónimo Martins (2013). Relatório & Contas 2012. Acedido em 20 de junho de 2014, disponível em: [http://www.jeronimomartins.pt/media/512044/rc-2012-site-jm\\_pt.pdf](http://www.jeronimomartins.pt/media/512044/rc-2012-site-jm_pt.pdf)

Macedo, M., Machado, M., Machado, M. & Cardoso, P. (2013). Impacto da Convergência às Normas Contábeis Internacionais no Brasil sobre o Conteúdo Informacional da Contabilidade. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 7(3) art. 1, p.222-239.

Martifer (2011). Relatório e Contas 2010. Acedido em 20 de junho de 2014, disponível em: [http://www.martifer.pt/fotos/publicacoes/rc2010\\_19684542714e5629f0455a9.pdf](http://www.martifer.pt/fotos/publicacoes/rc2010_19684542714e5629f0455a9.pdf)

Martifer (2012). Annual Report 2011. Acedido em 20 de junho de 2014, disponível em: [http://www.martifer.pt/fotos/publicacoes/rc2011\\_7490694504fbe2738e10bd.pdf](http://www.martifer.pt/fotos/publicacoes/rc2011_7490694504fbe2738e10bd.pdf)

Martifer (2013). Relatório e Contas 2012. Acedido em 20 de junho de 2014, disponível em:

[http://www.martifer.pt/fotos/publicacoes/relatoriocontas2012\\_714125602516c23165a41f.pdf](http://www.martifer.pt/fotos/publicacoes/relatoriocontas2012_714125602516c23165a41f.pdf)

Martins, C. (2011). *Manual de Análise de Dados Quantitativos com recurso ao IBM SPSS: Saber decidir, fazer, interpretar e redigir*. 1ª Edição, Braga: Psiquilibrios Edições

Matias, C. (2013). *Evidenciação do passivo contingente: Um estudo das empresas do sector petroquímico listadas na BM&FBovespa*. Monografia de Bacharelato, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Brasil.

Michaïlesco, C. (1999). The Determinants of the quality of accounting information disclosed by French listed companies. *EAA Congress, Bordeaux, France*.

Mota-Engil (2011). Relatório e Contas Consolidadas 2010. Acedido em 20 de junho 2014, disponível em: <http://pt.mota-engil.pt/content/download/488/2118/version/3/file/R%26C-Consolidadas-2010.pdf>

Mota-Engil (2012). Apresentação Contas Consolidadas 2011. Acedido em 20 de junho 2014, disponível em: <http://pt.mota-engil.pt/content/download/463/2025/version/11/file/R%26C-Consolidadas-2011.pdf>

Mota-Engil (2013). Relatório & Contas Consolidadas 2012. Acedido em 20 de junho 2014, disponível em: <http://pt.mota-engil.pt/content/download/1065/5818/version/13/file/relatorios-contas-consolidadas-2012.pdf>

Murcia, F. (2009). *Factores determinantes do nível de disclosure voluntário de companhias abertas no Brasil*. Tese de Doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Murcia, F., & Santos, A. (2009). Factores determinantes do nível de disclosure voluntário das companhias abertas no Brasil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 3(2), 72-95.

Oliveira, J. (2007). Relato financeiro sobre provisões, passivos contingentes e activos contingentes: o caso português. *Revista Contabilidade e Gestão*, 4, 19-66.

Oliveira, M. (2011). *Disclousure das Contingências e Provisões Passivas*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Económicas - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.

Portucel (2011). Relatório e Contas Consolidado 2010. Acedido em 20 de junho de 2014, disponível em:  
[http://www.portucelsoporcel.com/var/ezdemo\\_site/storage/original/application/badd7c6a9e4b1fa9c0faf203e60a606a.pdf](http://www.portucelsoporcel.com/var/ezdemo_site/storage/original/application/badd7c6a9e4b1fa9c0faf203e60a606a.pdf)

Portucel (2012). Relatório e Contas de 2011. Acedido em 20 de junho de 2014, disponível em:  
[http://www.portucelsoporcel.com/var/ezdemo\\_site/storage/original/application/654e3dc d4d1e039b924eb59efb273638.pdf](http://www.portucelsoporcel.com/var/ezdemo_site/storage/original/application/654e3dc d4d1e039b924eb59efb273638.pdf)

Portucel (2013). Relatório e Contas Consolidado 2012. Acedido em 20 de junho de 2014, disponível em:  
[http://www.portucelsoporcel.com/var/ezdemo\\_site/storage/original/application/e61ac1f0b5c9598311c88f4e15e3e3dd.pdf](http://www.portucelsoporcel.com/var/ezdemo_site/storage/original/application/e61ac1f0b5c9598311c88f4e15e3e3dd.pdf)

Portugal Telecom (2011). Relatório & Contas Consolidadas 2010. Acedido em 20 de junho de 2014, disponível em:  
<http://conteudos.ptsgps.pt/Documents/site/investidores/informacaofinanceira/relatorios/2010/RCContas2010PT1.pdf>

Portugal Telecom (2012). Relatório & Contas Consolidadas 2011. Acedido em 20 de junho de 2014, disponível em:  
[http://conteudos.ptsgps.pt/Documents/site/investidores/informacaofinanceira/relatorios/2011/CONTAS\\_PORT.pdf](http://conteudos.ptsgps.pt/Documents/site/investidores/informacaofinanceira/relatorios/2011/CONTAS_PORT.pdf)

Portugal Telecom (2013). Relatório & Contas Consolidadas 2012. Acedido em 20 de junho de 2014, disponível em: [http://conteudos.ptsgps.pt/Documents/site/investidores/informacaofinanceira/relatorios/2012/RCC\\_VP\\_Online1.pdf](http://conteudos.ptsgps.pt/Documents/site/investidores/informacaofinanceira/relatorios/2012/RCC_VP_Online1.pdf)

PwC (2013). IFRS adoption by country. PricewaterhouseCoopers. Acedido em 28 de novembro de 2013, disponível em: [http://www.pwc.com/en\\_US/us/issues/ifrs-reporting/publications/assets/pwc-ifrs-by-country-apr-2013.pdf](http://www.pwc.com/en_US/us/issues/ifrs-reporting/publications/assets/pwc-ifrs-by-country-apr-2013.pdf)

Regulamento (CE) nº 1126/2008 da Comissão de 03 de novembro de 2008. *Jornal Oficial da União Europeia L320/1* de 29/11/2008.

Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho de 2002. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias L243/1* de 11/09/2002.

Regulamento (CE) nº 1725/2003 da Comissão de 21 de setembro de 2003. *Jornal Oficial da União Europeia L261/1* de 13/10/2003.

REN (2011). Relatório & Contas 2010. Acedido em 20 de junho de 2014, disponível em: <http://www.ren.pt/RelatorioContas2010/pt/AnnualReport.pdf>

REN (2012). Relatório & Contas 2011. Acedido em 20 de junho de 2014, disponível em: [http://relatorioecontas2011.ren.pt/PDF/RC\\_REN\\_2011PT\\_.pdf](http://relatorioecontas2011.ren.pt/PDF/RC_REN_2011PT_.pdf)

REN (2013). Relatório & Contas 2012. Acedido em 20 de junho de 2014, disponível em: [http://relatorioecontas2012.ren.pt/media/498695/ren\\_rc\\_2012.pdf](http://relatorioecontas2012.ren.pt/media/498695/ren_rc_2012.pdf)

Ribeiro, A. (2012). *Provisões, Contingências e Normas Contábeis: Um Estudo de Gerenciamento de Resultados com Contencioso Legal no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, Brasil.

Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas.

Rover, S. (2009). *Disclosure Ambiental de Empresas Potencialmente Poluidoras: Características da Informação Ambiental e Explicações para a Divulgação Voluntária no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.

Santos, C. (2007). *Estatística Descritiva - Manual de Auto-aprendizagem*, Lisboa: Edições Sílabo.

Semapa (2011). Relatório e Contas 2010. Acedido em 20 de junho de 2014, disponível em: [http://www.semapa.pt/sites/default/files/demonstracoes/rc\\_semapa\\_2010\\_pt.pdf](http://www.semapa.pt/sites/default/files/demonstracoes/rc_semapa_2010_pt.pdf)

Semapa (2012). Relatório e Contas 2011. Acedido em 20 de junho de 2014, disponível em: [http://www.semapa.pt/sites/default/files/demonstracoes/relcons\\_2011.pdf](http://www.semapa.pt/sites/default/files/demonstracoes/relcons_2011.pdf)

Semapa (2013). Relatório e Contas 2012. Acedido em 20 de junho de 2014, disponível em: [http://www.semapa.pt/sites/default/files/demonstracoes/rc\\_semapa\\_2012\\_pt\\_1.pdf](http://www.semapa.pt/sites/default/files/demonstracoes/rc_semapa_2012_pt_1.pdf)

Singhvi, S. & Desai, H. (1971). An empirical analysis of the quality of corporate financial disclosure. *The Accounting Review*, 46(1), 129–138.

Sonae (2011). Relatório & Contas 2010 – Demonstrações Financeiras. Acedido em 19 de junho de 2014, disponível em: <http://www.sonae.pt/fotos/editor2/newfolder.zip>

Sonae (2012). Relatório & Contas 2011 – Demonstrações Financeiras. Acedido em 19 de junho de 2014, disponível em: <http://www.sonae.pt/fotos/editor2/demonstracoesfinanceirasvf.pdf>

Sonae (2013) Relatório & Contas 2012 – Demonstrações Financeiras. Acedido em 19 de junho de 2014, disponível em: [http://www.sonae.pt/fotos/editor2/20130327\\_demonstracoesfinanceiras\\_vf.pdf](http://www.sonae.pt/fotos/editor2/20130327_demonstracoesfinanceiras_vf.pdf)

Suave, R., Codesso, M., Pinto, H., Vicente, E. & Lunkes, R. (2013). Divulgação de passivos contingentes nas empresas mais líquidas da BM&FBovespa. *Revista da Unifebe*, 1(11).

SUMOL+COMPAL (2011). Relatório Único de Gestão 2010. Acedido em 20 de junho de 2014, disponível em: <http://www.sumolcompal.pt/app/uploads/relatorios/19994909044dbac35fc70c8.pdf>

SUMOL+COMPAL (2012). Relatório Único de Gestão 2011. Acedido em 20 de junho de 2014, disponível em: <http://www.sumolcompal.pt/app/uploads/relatorios/4801421444facfa0504a71.pdf>

SUMOL+COMPAL (2013). Relatório Único de Gestão 2012. Acedido em 20 de junho de 2014, disponível em: <http://www.sumolcompal.pt/app/uploads/relatorios/1956958996517fae1a0ef8c.pdf>

Teixeira Duarte (2011). Relatório e Contas 2010. Acedido em 20 de junho de 2014, disponível em: [http://www.teixeiraduarte.pt/assets\\_live/753/r\\_c2010-tdsa-baixa.pdf](http://www.teixeiraduarte.pt/assets_live/753/r_c2010-tdsa-baixa.pdf)

Teixeira Duarte (2012). Relatório e Contas 2011. Acedido em 20 de junho de 2014, disponível em: [http://www.teixeiraduarte.pt/assets\\_live/867/rc2011\\_tdsa\\_pt-baixa.pdf](http://www.teixeiraduarte.pt/assets_live/867/rc2011_tdsa_pt-baixa.pdf)

Teixeira Duarte (2013). Relatório e Contas 2012. Acedido em 20 de junho de 2014, disponível em: [http://www.teixeiraduarte.pt/assets\\_live/967/td\\_sa\\_-\\_rc2012.pdf](http://www.teixeiraduarte.pt/assets_live/967/td_sa_-_rc2012.pdf)

Tsakunis, G. T., Campbell, D. R. & Douppnik, T. S. (2009). IFRS: Beyond the Standards. *Journal of accountancy*. Acedido em 28 de novembro de 2013, disponível em: <http://www.journalofaccountancy.com/issues/2009/feb/ifrsbeyondthestandards>

Vieira, R., Martins, V., Machado, A. & Domingues, J. (2011). Impacts of Partial Adoption of IFRS in Brazil: Effects on Financial Information Quality of Publicly Traded Companies. *British Journal of Economics, Finance and Management Sciences*, September, 1(2), 93-112.

Watts, R. & Zimmerman, J. (1978). Towards a Positive Theory of the Determination of Accounting Standards. *The Accounting Review*, 53 (1).

ZON (2011). Relatório & Contas Consolidadas 2010. Acedido em 19 de junho de 2014, disponível em: [http://www.nos.pt/institucional/Documents/Reportes%20Financeiros/20110322\\_ZONRelatorioGestaoConsolidado2010Portugues.pdf](http://www.nos.pt/institucional/Documents/Reportes%20Financeiros/20110322_ZONRelatorioGestaoConsolidado2010Portugues.pdf)

ZON (2012). Relatório & Contas Consolidado 2011. Acedido em 19 de junho de 2014, disponível em: [http://www.nos.pt/institucional/Documents/Reportes%20Financeiros/20120328\\_ZONRelatorioContas2011\\_PT.pdf](http://www.nos.pt/institucional/Documents/Reportes%20Financeiros/20120328_ZONRelatorioContas2011_PT.pdf)



ZON (2013). Relatório & Contas 2012. Acedido em 19 de junho de 2014, disponível em:  
[http://www.nos.pt/institucional/Documents/Reportes%20Financeiros/RCZON\\_FINAL\\_PT6.pdf](http://www.nos.pt/institucional/Documents/Reportes%20Financeiros/RCZON_FINAL_PT6.pdf)

Zourarakis, N.S. (2009). Voluntary disclosure: Evidence from the U.K. Acedido em 22 de janeiro de 2014, disponível em:  
[http://publishing.eur.nl/ir/repub/asset/15574/Accountability\\_zourarakis.pdf](http://publishing.eur.nl/ir/repub/asset/15574/Accountability_zourarakis.pdf)

## 7. ANEXO

### 7.1. Anexo 1 – Lista das Empresas da Amostra

<b>Empresas Portuguesas:</b>
Altri, SGPS, S.A.
Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.
Cofina - SGPS, S.A.
Corticeira Amorim - SGPS, S.A.
EDP - Energias de Portugal, S.A.
Galp Energia, SGPS, S.A.
Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A. <sup>4</sup>
Impresa - SGPS, S.A.
Inapa - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.
Jerónimo Martins - SGPS, S.A.
Martifer - SGPS, S.A.
Mota-Engil, SGPS, S.A.
Portucel, S.A.
Portugal Telecom, SGPS, S.A.
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.
Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.
Sonae - SGPS, S.A.
SUMOL+COMPAL, S.A.
Teixeira Duarte, S.A.
ZON Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. <sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Atualmente SDC Investimentos, SGPS,SA

<sup>5</sup> Atualmente NOS SGPS, S.A.

<b>Empresas Brasileiras:</b>
ALL America Latina Logistica S.A.
Braskem S.A.
BRF S.A.
Brookfield Incorporações S.A.
CCR S.A.
Centrais Elet. Bras. S.A. - Eletrobras
Companhia Brasileira de Distribuição
Companhia Energética de Minas Gerais S.A. - CEMIG
Companhia Siderúrgica Nacional
Duratex S.A.
Fibria Celulose S.A.
Kablin S.A.
MRV Engenharia e Participações S.A.
Oi S.A.
PDG Realty S.A. - Empreend. e Participações
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras
Suzano Papel e Celulose S.A.
Telefónica Brasil, S.A.
TIM Participações S.A.
Vale S.A.